

# ISTO NÃO É UM MANUAL:

TRÊS AÇÕES  
PARA A IMPLEMENTAÇÃO  
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA  
NO CEARÁ







UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE  
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

## Trabalho de Conclusão

# ISTO NÃO É UM MANUAL:

três ações para implementação da assistência técnica no ceará

Arquiteto Urbanista (UFC) Lucas Gollignac Lessa - Profissional Residente

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Maria Gordilho Souza - Tutora

Prof. Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno - Co-Tutor

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thaís Troncon Rosa - Membro interno

Prof. Me. Bruno Melo Braga - Membro externo

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

## **CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

### **Autoria:**

Autor: Lucas Gollignac Lessa - Arquiteto Urbanista - Profissional Residente

Tutora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Maria Gordilho Souza

Co-Tutor: Prof. Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno

### **Colaboração:**

Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade

### **Consultoria:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thaís Troncon Rosa

Prof. Me. Bruno Melo Braga

### **Apoio:**

Ocupação Gregório Bezerra

Frente de Luta por Moradia Digna

Assembleia Popular da Cidade

ZEIS do Pici

## **SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**Data:** 26 de novembro de 2018

**Local:** Auditório do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2890, Fortaleza-Ceará

**Residente:** Lucas Gollignac Lessa

**Título:** Isto não é um manual: três ações para a implementação da assistência técnica no Ceará

### **Membros da Banca:**

Tutora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Maria Gordilho Souza  
Co-Tutor Prof. Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno  
Membro Interno: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thaís Troncon Rosa  
Membro Externo: Prof. Me. Bruno Melo Braga

### **Representantes da Comunidade:**

Monica Lima

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trama de agentes no Conjunto Ceará	23
Figura 2 - Trama de agentes no Centro de Fortaleza	23
Figura 3 - Trama de agentes no Orgulho do Ceará II	23
Figura 4 - Barracão referente ao terreno ocupado inicialmente.	25
Figura 5 - Escola com obras paralizadas que foi ocupada.	25
Figura 6 - Apresentação dos projetos para moradores.	29
Figura 8 - Divisão em grupos para elaboração de tipologia.	29
Figura 7 - Dados levantados na oficina.	29
Figura 9 - Elaboração de tipologia.	29
Figura 10 - Planta criada pelos moradores.	32
Figura 12 - Render do projeto final.	32
Figura 11 - Planta após modificações técnicas para o projeto.	32
Figura 13 - Ocupação Gregório Bezerra divide entre a escola do Centro e o barracão no Conjunto Ceará.	33
Figura 14 - Dia da Ocupação do Prédio da Escola João Maria José, no Centro de Fortaleza.	33
Figura 15 - Projeto do parquinho: horta e biblioteca comunitárias e espaço de lazer para as crianças.	34
Figura 16 - Ainda na Escola do Centro, dia do anúncio que as famílias da Ocupação Gregório Bezerra receberiam unidades no Orgulho do Ceará II	35
Figura 17 - Conjunto Orgulho do Ceará II	35
Figura 18 - Implantação e loteamento do Conjunto Orgulho do Ceará II.	36
Figura 19 - Trama de agentes da Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade	39
Figura 20 - Cartazes das Assembleias Populares da Cidade	42
Figura 21 - Assembleia Popular do Conjunto Palmeiras.	43
Figura 22 - Reunião de quarteirão no Pici.	47
Figura 24 - Reunião de quarteirão no Pici.	47
Figura 23 - Caminhada de campanha para a eleição do conselho.	47
Figura 25 - Dia da eleição do conselho gestor do Pici.	47
Figura 26 - Planta do contraprojeto elaborada pela Taramela.	49
Figura 27 - Reunião com os moradores e comerciantes do Polo.	49
Figura 28 - Perspectiva 3D do contraprojeto.	49
Figura 29 - Projeto inicial elaborado pela Taramela.	51
Figura 31 - Projeto executado na Praça Santa Cecília, Taramela + Jovens Agentes da Paz	51
Figura 30 - Execução na comunidade à beira de riacho.	51
Figura 32 - Oficina com as crianças da Fundação Marcos de Bruin.	53
Figura 33 - Oficina com grupo de crisma do Jovens em Busca de Deus.	53
Figura 34 - Projeto de reforma e ampliação da sede do grupo Jovens em Busca de Deus.	53
Figura 35 - Oficinas com as crianças do Vidanças.	54
Figura 36 - Oficinas com os adultos e funcionários do Vidança.	54
Figura 37 - Oficina entre os grupos que compõem o projeto: Defensoria Pública, Canto e Taramela.	56
Figura 38 - Assembleia Popular da Cidade no Raízes da Praia e aniversário de 10 anos da comunidade.	57

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Ocupação Gregório Bezerra no Conjunto Ceará.	27
Mapa 2 - Ocupação Gregório Bezerra no Polo de Lazer do Conjunto Ceará.	28
Mapa 3 - Localização da Ocupação Gregório Bezerra no Centro de Fortaleza e o Conjunto Orgulho do Ceará II, em Maracanaú.	37
Mapa 4 - Mapa com as 10 ZEIS prioritárias.	47

## LISTA DE SIGLAS

ABRAMAT - Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção
APC - Assembleia Popular da Cidade
ArMEM - Artistas Marginais em Movimento

ArqPET - Programa de Ensino Tutorial do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC  
ATAC - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade  
ATME - Assistência Técnica para Moradia Econômica  
BNH - Banco Nacional de Habitação  
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
CEARAH Periferia - Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos  
CG - Conselho Gestor  
CMDU - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano  
COHAB - Companhia de Habitação  
COMHAP - Conselho Municipal de Habitação  
CPPD - Comissão Permanente do Plano Diretor  
CTAH - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado  
DPE - Defensoria Pública do Estado  
EMAU - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo  
FMB - Fundação Marcos de Bruin  
FUNAPS - Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal  
GT - Grupo de Trabalho  
HIS - Habitação de Interesse Social  
IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IFCE - Instituto Federal do Ceará  
IPTU - Imposto sobre propriedade Predial e Territorial Urbana  
JAP - Jovens Agentes da Paz  
JBD - Jovens em Busca de Deus  
LEHAB - Laboratório de Estudos da Habitação  
MCP - Movimentos dos Conselhos Populares  
MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas  
MTST - Movimentos dos Trabalhadores sem Teto  
NuHAB - Núcleo de Habitação e Meio Ambiente  
OGB - Ocupação Gregório Bezerra  
ONG - Organização Não Governamental  
OSC - Organização da Sociedade Civil  
PDPFor - Plano Diretor Participativo de Fortaleza  
PEI-ATHIS - Plano Estratégico de Implementação da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social  
PIRF - Plano Integrado de Regularização Fundiária  
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida  
RMF - Região Metropolitana de Fortaleza  
SEUMA - Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente  
TFG - Trabalho Final de Graduação  
UC - Unidade Classista  
UECE - Universidade Estadual do Ceará  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
UFC - Universidade Federal do Ceará  
VLT - Veículo Leve sobre Trilhos  
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social



## **AGRADECIMENTOS:**

Esta monografia é resultado de um trabalho infinitamente coletivo. Faço aqui um breve agradecimento à alguns grupos muito importantes nesse processo.

Primeiramente agradeço aos membros da Taramela, as fundadoras, assim como eu, Emília, Jéssica, Gabi, Marcela e Thaís, e as novas pessoas que vêm se somando.

Aos amigos e parceiros Residentes que vieram de diversos lugares do Brasil e juntos formaram uma turma super plural e divertida que fez com que a experiência na maravilhosa cidade de Salvador fosse a melhor possível, e especial ao Iago, Umberto e Giulia que ajudaram a construir um novo lar. Agradeço também a gente linda dessa cidade que esbarrei por lá e que me acolheu de forma tão carinhosa.

À minha família, em especial meus pais, Laís e Ítalo, por sempre apoiarem minha educação e por possibilitarem com que eu fizesse este curso.

Ao corpo técnicos da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFBA, funcionários e professores que possibilitaram a existência desse curso singular.

Ao Renato Pequeno e a todo o LEHAB-UFC por toda a ajuda e inspiração para continuar trabalhando com o que a gente acredita.

Aos movimentos e comunidades que tive contato, em especial à Unidade Classista e a Ocupação Gregório Bezerra, à Frente de Luta por Moradia Digna e à Assembleia Popular da Cidade. São vocês que mais me ensinaram durante toda a minha formação e que me dão sempre forças.

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	12
1.2 OBJETIVOS	15
1.3 METODOLOGIA E ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO	15
<b>2. NOTAS SOBRE ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>	16
<b>3. OCUPAÇÃO GREGÓRIO BEZERRA</b>	22
3.1 TRAMA DE AÇÃO	22
3.1.1. NO CONJUNTO CEARÁ	22
3.1.2. NO CENTRO DE FORTALEZA	22
3.1.3. NO ORGULHO DO CEARÁ II	22
3.2 DESENVOLVIMENTO	23
3.2.1. NO CONJUNTO CEARÁ	23
3.2.2. NO CENTRO DE FORTALEZA	32
3.2.3. NO ORGULHO DO CEARÁ II	35
3.4 PROBLEMATIZAÇÃO	37

<b>4. TARMELA - ASSESSORIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E CIDADE</b>	38
4.1. TRAMA DE AÇÃO	38
4.1.1 FORMAÇÃO DA TARMELA	38
4.2. DESENVOLVIMENTO	40
4.2.1. ASSESSORIA À FRENTE DE LUTA POR MORADIA DIGNA	40
4.2.2. ASSESSORIA À ASSEMBLEIA POPULAR DA CIDADE	41
4.2.3. ASSESSORIA TÉCNICA NA REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS	43
4.2.4. CONTRAPROJETO POLO DE LAZER DO CONJUNTO CEARÁ	48
4.2.5. PROJETO PARA AÇÃO AMBIENTE EM MOVIMENTO	50
4.2.6. PROPOSTA PARA CONCURSO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INCLUSÃO SOCIAL NO LAGAMAR	52
4.2.7. REFORMA E AMPLIANÇA DO VIDANÇA	54
4.2.8. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMUNIDADE PRESIDENTE VARGAS	55
4.2.9. ASSESSORIA PROJETO DE EXTENSÃO DA ARQUITETURA ESTÁCIO	56
4.2.10. ASSESSORIA À OCUPAÇÃO RAÍZES DA PRAIA	57
4.2 PROBLEMATIZAÇÃO	57
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	59
5.1 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA UFC	59
5.1.1. DIÁLOGOS JÁ CONSTRUÍDOS	59
5.1.2. TRAMA PROPOSTA DE AGENTES	60
5.1.3. JUSTIFICATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO	60
5.1.4. PROBLEMATIZAÇÃO	62
<b>6. BIBLIOGRAFIA</b>	64

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Na segunda metade do século XX a população urbana no Brasil cresceu de forma desenfreada. A produção de habitação por meio do mercado imobiliário e do poder público não acompanharam a demanda e a falta de compromisso do Estado na manutenção de políticas urbanas que garantam a função social da cidade, elevou os preços da terra, acirrando as disputas territoriais.

Nesse cenário o direito à moradia digna e à cidade são comprometidos e a população de baixa renda é a mais prejudicada. Para estas pessoas, a autoconstrução acaba sendo a arquitetura possível (MARICATO, 1973), o que, historicamente, tem produzido, em grande parte dos casos, espaços urbanos e habitações precárias.

Contudo, também não é de hoje que movimentos sociais, universidades, ONGs, profissionais liberais e próprio poder público tem visto nesses espaços onde prevalece a autogestão um lugar de potência. Ao longo dos últimos 50 anos, diversas são as experiências que, associando o conhecimento técnico à organização e ao trabalho popular, tem produzido boas experiências na garantia da moradia digna.

Essas experiências, que têm influência em grande parte da América Latina, ganham notoriedade no Brasil, sendo reconhecidas dentro de um campo designado como assessoria técnica. Os diversos agentes envolvidos lutaram para que o campo conquistasse cada vez mais evidência, tendo como um importante marco para sua história a promulgação da Lei Federal 11.888 de 2008 que garante assistência técnica pública e gratuita para habitação de interesse social.

Passados quase dez anos, apesar de ter sido pouco implementada, a lei foi importante para (re)agitar o debate em torno da assessoria técnica e da ampliação do campo de atuação profissional, em especial da arquitetura e do urbanismo, visando atender a população de baixa renda.

De lá pra cá surgem cada vez mais iniciativas em torno dessa questão, sejam empresas privadas, organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, coletivos autônomos, e mesmo algumas ações por parte do poder público. Como um importante desdobramento da lei dentro das universidades, destaca-se a criação do curso de Residência em Assistência Técnica, uma pós-graduação *stricto sensu*, protagonizada pela Universidade Federal da Bahia.

O curso tem como objetivo principal agregar profissionais de arquitetura, urbanismo, engenharias e outras áreas afins ao planejamento urbano, em torno do atendimento a demandas específicas de comunidades parceiras do programa. Desde sua criação, a Residência da UFBA iniciou a consolidação de nucleações em quatro universidades federais, na Paraíba, em Brasília, em Pelotas, sendo o presente trabalho o primeiro da incipiente nucleação com a Universidade Federal do Ceará.

A criação desta nucleação foi estimulada pela possibilidade de se trabalhar com a demanda por moradia da Ocupação Gregório Bezerra (OGB), comunidade localizada em Fortaleza, Ceará, com a qual o autor desta monografia, aprovado para terceira turma da Residência da UFBA, já tinha

contato desde a elaboração de seu Trabalho Final de Graduação (TFG).

Tendo se iniciado há pouco mais de 2 anos, no dia 25 de setembro de 2016, a Ocupação Gregório Bezerra repercutiu na cidade e tem um histórico bastante atípico, pois sua luta por moradia e pelo direito à cidade teve 3 diferentes locais de reivindicação ao longo de sua existência, o que geraria diferentes contextos para atuação enquanto assessoria técnica junto à comunidade.

Em um primeiro momento, reivindicando um vazio urbano em um bairro que tem como origem um antigo conjunto habitacional do BNH da década de 80, o trabalho conjunto entre a ocupação e assessoria técnica, gerou um projeto habitacional para as famílias do movimento, que foi objeto do TFG desenvolvido na Universidade Federal do Ceará pelo autor deste mesmo trabalho.

No início de 2018 parte da Ocupação muda de cenário, ocupando um prédio abandonado no centro de Fortaleza. É nesse novo contexto, que se dá a atuação de assessoria da nucleação da Residência no Ceará, porém, ainda março do mesmo ano, o Governo do Estado, em ano eleitoral, garante às famílias do movimento unidades habitacionais em um conjunto do Programa Minha Casa Minha Vida em Maracanaú, município vizinho à Fortaleza, onde hoje já se encontram a maior parte das famílias da OGB.

Durante o período em que o residente esteve em Salvador cursando as disciplinas teóricas da Residência da UFBA, a Gregório Bezerra conta também com o suporte da Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade (ATAC), uma organização da sociedade civil (OSC) sem fins lucrativos, grupo do qual o residente também faz parte. Situada em Fortaleza, a Taramela tem por objetivo prestar assessoria técnica à movimentos sociais e comunidades organizadas em projetos de arquitetura, urbanismo e planejamento urbano.

A conquista das novas moradias pela a Ocupação Gregório Bezerra e a incerteza sobre o tempo de mudança dos moradores para o novo local, gerou uma conjuntura de incertezas quanto qual seria(m) a(s) demanda(s) da comunidade e como atendê-la(s), inviabilizando que a assessoria prestada a OGB se realizasse no âmbito da Residência, devido, principalmente, a diferença do prazo exigido pelo curso e do tempo de articulação de disputa real.

Essa experiência traz à tona questões típicas do trabalho de assessoria técnica, como a necessidade de lidar com o constante confronto entre os diversos agentes envolvidos em uma ação real, as mudanças de conjuntura repentinas, fruto desse confronto, as metodologias de atuação para o atendimento de diferentes demandas e os tempos envolvidos nesse atendimento, que por vezes não se adequam ao tempo da Academia.

A Universidade ainda tem sido um dos principais meios de atendimento às lutas populares, porém, o aumento das demandas em conjunto com as questões aqui apontadas nos (re)apresentam um desafio: como pensar a consolidação da assessoria técnica como campo de atuação profissional?

A partir desta questão e do ocorrido com a OGB decidiu-se transformar a dificuldade em atender individualmente uma nova demanda, ainda a ser articulada, na oportunidade de fortalecer uma ação coletiva que vai para além do tempo da Residência. Nesse sentido o trabalho do residente passa a se concentrar em outras demandas da Taramela ATAC, visando consolidar

a atividade de um grupo que se põe como alternativa para implementação da assistência técnica.

As discussões em torno da criação da Taramela se iniciaram em novembro de 2016 a partir da inquietação de um grupo de jovens arquitetas e arquiteto urbanistas, alguns que ainda concluíam a graduação, sobre o campo de atuação profissional. O desejo comum era de trabalhar com demandas populares e de forma diferente dos convencionais escritórios. Desde então o grupo passa a atuar como coletivo em diferentes ações e se funda como Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos em 9 de março de 2018, registrado em ata, e tem sua pessoa jurídica formalizada no mês seguinte.

A Taramela tem trabalhado em Fortaleza principalmente em parceria com outros grupos que atuam, sobretudo, na luta pela promoção de justiça e inclusão social nas cidades. Compomos articulações como a Frente de Luta por Moradia Digna e a Assembleia Popular da Cidade. Desses espaços e da relação com os movimentos surgem demandas projetuais, como intervenções em espaços públicos, proposta de regularização fundiária e projetos arquitetônicos.

O tempo de extensão e de trabalho de campo da Residência, que passou a não ser mais tão requisitado pela Ocupação Gregório Bezerra, foi fundamental para se dedicar na articulação entre diferentes demandas da Taramela e no seu fortalecimento enquanto grupo.

Ao trabalhar no campo da assessoria técnica, área ainda em construção, a Taramela passa por alguns impasses típicos dessa atuação que serão abordados nesta monografia, como por exemplo, o limite tênue entre o trabalho militante, e por vezes voluntário, e a prestação de serviços que como qualquer outra deve ser remunerada.

Outro ponto de destaque para este campo é o desafio em aliar o conhecimento técnico e o popular de forma a construir coletivamente ideias, diretrizes e soluções para as demandas de assessoria técnica, assim este trabalho tem como elemento central discutir as metodologias aplicadas ao trabalhos junto a OGB e a Taramela como meio de fortalecer a construção de um outro modo de fazer arquitetura e urbanismo.

A partir dessa ampla atuação pelo atendimento técnico a demandas populares, principalmente pela assessoria à ocupação Gregório Bezerra, conseguiu-se dialogar com algumas entidades sobre o curso de Residência, com destaque para reuniões com a Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará. Diante dessas articulações, o desafio do fortalecimento e da continuidade da nucleação da Residência no Ceará apresenta então um novo horizonte, uma incipiente discussão em torno da implantação de uma residência própria no Ceará.

O trabalho da nucleação do Ceará se fez portanto em três eixos, que não acontecem de forma apartada entre si, apenas foram assim sistematizados para facilitar a apreensão do trabalho, são eles: 1) Assessoria técnica à Ocupação Gregório Bezerra; 2) Desenvolvimento e implantação da Taramela e 3) Articulação em torno da criação de uma Residência em Assistência Técnica no Ceará.

## 1.2. OBJETIVOS

A Residência em Assistência Técnica é um curso com objetivo prático que geralmente tem como resultado a elaboração de projetos para demandas específicas das comunidades parceiras do programa. Como foi contextualizado na primeira parte desta monografia, a definição de um projeto arquitetônico ou urbanístico se tornou inviável e a atuação do residente em Fortaleza se deu de forma diferente do padrão.

Entretanto, o caráter propositivo do trabalho se mantém. A partir das experiências desenvolvidas durante o ano com os diferentes agentes, essa monografia se configura como um conjunto experiências a fim de subsidiar outros grupos e ações de assessoria técnica.

O objetivo geral deste trabalho, portanto, é a formulação de um banco de metodologias para assistência ou assessoria técnica. Como objetivos específicos, derivados dos eixos de atuação, temos: assessorar a Ocupação Gregório Bezerra, resgatar e avaliar criticamente sua trajetória; registrar a implementação da Taramela como possibilidade de atuação profissional em assessoria técnica; traçar

## 1.3. METODOLOGIA E ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Devido a múltipla atuação do residente houve um grande esforço em tentar sistematizar o trabalho nesta monografia. Cada eixo de ação tem suas especificidades e é preciso levar em conta que os avanços de cada um são variados, já que dependem de diferentes tramas de agentes que possibilitam uma maior ou menor evolução. O progresso é proporcional ao grau de autonomia do residente em cada eixo, sendo o eixo 2) o de maior autonomia, já que a atuação da Taramela depende diretamente do autor; o eixo 1) tem uma dependência maior dos agentes externos com os quais a Ocupação Gregório Bezerra se relaciona e no eixo 3) há um alto grau de dependência de outras instituições para que se dê a formulação de uma Residência em assistência técnica.

O trabalho está estruturado em 6 capítulos, a Introdução, 1 capítulo com um breve referencial teórico sobre que atuação está se propondo, 2 capítulos referentes aos eixos de trabalho com a Ocupação Gregório Bezerra e com a Taramela e as considerações finais onde são ponderadas questões a respeito do eixo 3). Para melhor apreensão do trabalho buscou-se seguir uma lógica na abordagem dos eixos, organizando cada texto sobre três pontos.

O primeiro ponto é a Trama de ação. A Residência é realizada essencialmente através da observação participante. Nesta parte será desenhada a trama na qual se dá essa participação, o constante trabalho de campo com visitas e reuniões é metodologia comum a todos os três eixos, mas as especificidades da relação com os agentes serão abordadas no início de cada capítulo.

Em seguida temos o Desenvolvimento, onde é dissertado sobre a atuação prática do residente segundo cada eixo e por fim temos a Problematização, parte final de cada capítulo que visa a construção de uma avaliação crítica do trabalho empenhado e dos objetivos alcançados.

## 2. NOTAS SOBRE ASSISTÊNCIA E ASSESSORIA TÉCNICA

Devido o alto adensamento populacional das cidades e a ineficácia do Estado e do mercado no atendimento a demandas populares, a autoconstrução, ou seja aquela feita sem participação de técnicos, tem um amplo papel na produção do espaço urbano, sendo responsável por grande parte da moradia dos brasileiros, como mostra Morado (2011),

Estudo realizado pela Booz Allen Hamilton, e encomendado pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção, revela que 84% dos materiais de construção são vendidos para pessoas físicas que constroem e reformam suas casas de maneira autogerida (ABRAMAT, 2005). O mesmo estudo apresenta a estimativa de que do total das unidades habitacionais produzidas, ampliadas ou reformadas no Brasil, sejam formais ou informais, 77%, em média, são em regime de autoconstrução; isto é, sem a participação de profissionais especializados. (MORADO NASCIMENTO, 2011, p. 218).

A grande dimensão dessa informalidade é por vezes acusada de contribuir para uma série de problemas urbanos como: o espraiamento acelerado das cidades, a ocupação de áreas de risco e de preservação ambiental, e o adensamento de áreas onde há pouco suporte de infraestrutura e serviços urbanos básicos. A falta de apoio técnico também facilita para que os espaços produzidos tenham uma baixa qualidade urbanística, sem falar na qualidade arquitetônica das habitações, que por vezes apresentam problemas de ventilação, iluminação e má distribuição dos espaços.

Porém, já há algumas décadas, profissionais têm buscado atuar nesse espaços de forma a captar suas potencialidades e como forma social e economicamente mais sustentável de lidar com o déficit habitacional em oposição à hegemonia de políticas de remoções e construção de grandes conjuntos. Ao pesquisar o histórico da atuação de arquitetos em espaços auto construídos das cidades encontramos experiências referenciadas como ações de assistência ou assessoria técnica. Recentemente esses dois termos têm sido colocados como diferentes formas de atuação dos arquitetos e urbanistas, sendo a assistência técnica ligada a um atendimento individualizado por vezes tratada de forma assistencialista ou como expansão de mercado para a profissão, mas defendida por muitos como importante como para garantia do direito social à moradia digna, enquanto a assessoria supõe-se um trabalho mais coletivo, onde as pessoas são “participantes” do processo e estando associada a ações de formação cidadã.

Assim como Amore (2016), para iniciar a discussão da diferença entre as práticas de assistência e assessoria técnica, recorre-se aqui ao dicionário. No Michaellis temos que o verbo Assessorar é definido como: “Auxiliar tecnicamente, em assuntos especializados”; o dicionário Houaiss completa: “prestar a (alguém) serviço de assessor especializado em (determinado assunto)”. Quanto ao substantivo Assistência, temos no Michaellis: “Ajuda, amparo, auxílio; favor, proteção; socorro”; e no Houaiss: “ato ou efeito de proteger, de amparar, de auxiliar” ou “fato de uma pessoa relativamente incapaz ser acompanhada, na prática dos atos da vida civil, por quem legalmente lhe

supre a deficiência”.

Dependendo da visão do arquiteto sobre seu conhecimento técnico, seu trabalho de assistência pode caminhar na direção da definição do dicionário para a palavra, onde o profissional estaria prestando serviços para “amparar” ou “suprir” determinadas “deficiências” de “pessoas incapazes”. Nesse sentido, Baltazar e Kapp (2016) tecem uma crítica a assistência técnica usando como referência o posicionamento do filósofo Ivan Illich perante as missões do governo norte americano e dos grandes bancos internacionais que se iniciaram na década de 60 no México e em outros países ditos subdesenvolvidos.

Conscientemente ou não, diz Illich, tais agentes nada mais são do que propagadores de um modo de vida que torna as populações tidas por subdesenvolvidas dependentes de instituições (mercado, indústria, assalariamento, educação escolar etc.) das quais até então não precisavam e nas quais sempre ocuparão posições inferiores. (BALTAZAR E KAPP, 2016, p. 4)

Algo semelhante poderia ser dito a arquitetos e urbanistas que decidem se engajar socialmente, para arrefecer o mal-estar acerca de seus próprios privilégios e lutar pelo acesso das “famílias de baixa renda” (a expressão é da Lei 11.888) a serviços e produtos análogos àqueles consumidos pelas classes de renda mais alta. Seu pressuposto é que tais itens satisfariam necessidades universais, enquanto as cidades e moradias que a população produz por conta própria seriam apenas substitutos precários ou subnormais desses mesmos itens. Tal postura preconiza a imposição da cultura do arquiteto sobre a dos supostos clientes e usuários.” (BALTAZAR E KAPP, 2016, p. 4)

A atuação do arquiteto com assistência técnica no contexto onde predomina a autoprodução é entendida como a de um profissional da formalidade, ou seja, que atua apenas seguindo os padrões da “boa arquitetura” ou as diretrizes da lei e implementa melhorias emergenciais ou desenvolvem grandes projetos na cidade informal, ignorando os conhecimentos e as práticas de lugares que foram construídos durante anos sem a presença de arquitetos, estabelecendo uma relação que pode caminhar para a dependência, sem fazer com que as pessoas reflitam sobre quais as reais causas de seus problemas e de tamanha desigualdade.

Para Baltazar e Kapp (2016), a lei de assistência técnica se fundaria, portanto, em um ideário assistencialista. Em contraponto elas levantam que o trabalho de assessoria técnica, composto por relações hierárquicas mas sem dominação, aponta para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos assessorados, onde o trabalho do arquiteto funciona como uma ferramenta de facilitação para que grupos reconheçam suas necessidades e elaborem suas próprias soluções.

O termo assessoria técnica teria origem nas experiências desenvolvidas em São Paulo durante as décadas de 70 e principalmente de 80, quando grupos interdisciplinares, com profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo, engenharia, direito e do trabalho social desenvolveram experiências pioneiras junto aos movimentos sociais urbanos. Foram inspirados pela atuação das cooperativas de ajuda mútua do Uruguai, de onde vem o termo “asesoriamento” e desenvolviam um trabalho em coletividade, através dos

mutirões, como são conhecidos no Brasil, que além da função da construção de moradia eram permeados pela formação política muito forte, devido o momento de redemocratização pelo qual o país passava.

As ações de São Paulo tiveram influência na formulação de políticas públicas posteriores, como o FUNAPS Comunitário, que funcionou durante a gestão de Luiza Erundina como prefeita da cidade, e se baseava no trabalho próximo dos técnicos com os moradores em processos de urbanização de favela e possibilitou o surgimento de grupos que ficaram conhecidos como assessorias técnicas, como a Usina e a Peabiru, que são referência até hoje quando se trata do assunto. (BARROS, 2014)

A partir da atuação nos mutirões, que consolidam a assessoria técnica, surgem também outras críticas na associação entre autoconstrução e políticas públicas, destaque para Oliveira (2006) que apontava que essa prática poderia contribuir com a acumulação de capital, a partir do momento que através de um "sobretrabalho" por parte dos moradores para obtenção da moradia, o valor correspondendo a habitação estaria sendo eximido do salário mínimo dos trabalhadores. Ferro (2006) responde a Oliveira (2006) contrapondo que outras práticas de produção habitacional podem contribuir ainda mais pra acumulação de capital, nada garante que o valor incorporado no salário não seria expropriado pelos patrões com o lucro da venda da casa. (FERRO, 2006)

Outra questão importante quando se pensa sobre o trabalho colaborativo como meio de produção habitacional é ponderar

(...)até que ponto práticas ditas autogestionárias não deslizam para o campo de uma espécie de anomia institucional resultante de uma lógica de terceirização precária, com a transferência linear das funções originalmente atribuídos ao Estado? (LOPES e RIZEK, 2006, p. 49)

Porém é preciso reconhecer alguns ganhos que essas práticas permitiram, como uma nova dinâmica de organização ou canteiro, onde os usuários dos espaços participam ativamente de decisões tomadas e do desenho proposto, construindo uma nova relação entre os profissionais a população assessorada, o que não necessariamente

(...)significa que as diferenças não sejam percebidas, mas passam a ser entendidas não segundo hierarquias mas segundo uma cadeia de ações coletivas onde todas são vistas como necessárias e meritórias.(ARANTES, 2002, p. 192)

O moldes dos mutirões como eram feitos em São Paulo à décadas atrás também se modificou ao longo dos anos, possibilitando a contratação de serviços ou a organização da população para ser contratada, diminuindo o sobretrabalho das pessoas e possibilitando melhores condições de atuação. Essas experiências, as críticas e as evoluções vão se refletir na incorporação do trabalho das assessorias em políticas públicas como o Programa Crédito Solidário e a modalidade Entidades do Programa Minha Casa Minha Vida.

Contudo, o termo que se consolidou nessas políticas de habitação mais recentes assim como na Lei Federal 11.888 foi assistência técnica. Para Amore (2016), o termo tem origem a partir do projeto de Assistência Técnica para Moradia Econômica (ATME), formulado no Rio Grande do Sul em 1973, que tinha como objetivo fornecer serviço de profissionais a população de baixa

renda de forma mais individualizada, na lógica “uma família-um profissional-um projeto-uma obra”. A ATME foi uma iniciativa de entidades profissionais, como o IAB e Sindicato dos arquitetos, e tinha o protagonismo de Clovis Ilgenfritz, que já deputado federal em 2002, iniciou o projeto de lei de assistência técnica que só foi concretizado em 2008 pelo colega arquiteto e deputado federal pela Bahia Zezéu Ribeiro. (AMORE, 2016)

Pela construção histórica, a prática da assessoria parece trabalhar de forma mais ampla, coletiva, política e trazer mais elementos para a construção de uma sociedade mais justa, estimulando o ganho de autonomia dos grupos assessorados.(BALTAZAR e KAPP, 2006) Porém, é preciso reconhecer a importância do trabalho de assistência técnica como direito social, pois a organização em movimentos ou associações não pode ser obrigatória para que a população que vive em condições precárias tenha acesso a serviços que possam trazer melhoria da qualidade de vida mais imediata.

Além disso, apesar das análises trazidas até então que ajudam a tecer características que diferenciariam práticas, essa conceituação de assistência e assessoria técnica é algo ainda em discussão e existem outras lógicas no uso dos termos, a exemplo da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, que apesar de usar o termo assistência técnica, consiste em um curso onde os residente tem contato prolongado com as comunidades, de forma coletiva em um amplo processo de formação.

O uso do termo no caso da Residência se faz por ser uma iniciativa que visa o fortalecimento da Lei 11.888. Nesse mesmo sentido outras entidades também priorizam a utilização da expressão assistência técnica, reconhecendo ações de assessoria técnica como parte do histórico de um mesmo campo. O Plano Estratégico de Implementação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (PEI-ATHIS), iniciativa do CAU de Santa Catarina, fez um levantamento de experiências em assistência técnica, tanto anteriores à lei, a partir de 1990, quanto posteriores, até 2017. Foram 34 casos levantados no Brasil e o Plano identificou 5 linhas de atuação: Melhorias habitacionais; Produção habitacional; Regularização fundiária; Infraestrutura e espaços públicos e Assessoria para a promoção da justiça e inclusão social nas cidades. Como principais agentes dessas ações foram mapeados: Poder público(50%), iniciativas da Sociedade Civil, como ONGs e cooperativas (29%) e iniciativas privadas (21%).

No Plano, o termo assessoria é utilizado para designar a atuação na promoção de justiça e inclusão social nas cidades, mas principalmente para denominar os grupos organizados da sociedade civil (ONGs, cooperativas, profissionais liberais) envolvidos com a execução de assistência técnica para habitação de interesse social, mas não como uma prática que seria individualizada ou coletiva, mais ou menos política. O Plano caracteriza as práticas de assistência técnica como sendo pontuais ou contextualizadas, e traz como positivo ações que ampliem o conceito do direito à moradia digna.

A discussão trazida aqui não visa preterir uma ação a outra, assistência ou assessoria, mas sim trazer elementos críticos sobre a difusão de uma prática de arquitetura que consiste essencialmente na democratização do acesso ao profissional para atuar seja de forma individual ou coletiva. Para

Caio Santo Amore, o que caracteriza tanto o assessor quanto o assistente técnico é aquele que

(..)trabalha para as famílias de baixa renda, mas conhece o futuro usuário "pelo nome", ousou perguntar e ouvir as respostas "da boca" do usuário (individual ou coletivamente), propôs-se a questionar-se sobre qual deve ser a solução arquitetônica e urbanística para aquele problema específico, para aquele grupo específico, para aquela família específica. Não basta que esteja desenvolvendo projetos de conjuntos habitacionais ou de urbanizações de assentamentos precários e prestando contas a construtoras, gerenciadoras e grandes escritórios de projeto, ou mesmo que estejam exercendo um papel de aprovadores e licenciadores de projetos e obras nas prefeituras e órgãos públicos. Na interpretação do caráter que diferencia os profissionais assistentes/assessores técnicos aqui preconizada, é esse o conceito sobre o qual se assenta a legislação federal e todo o histórico dos profissionais que vêm atuando nesse campo." (AMORE, 2016, p.15)

É importante reconhecer a assistência técnica como um direito social, e não simplesmente como um meio de ampliar o mercado da arquitetura e da construção civil, é preciso garantir que seja implementada através de políticas públicas em sintonia com outras políticas urbanas. Deve-se buscar os elementos de transformação social que as práticas de assessoria técnica construíram historicamente, para isso, devem ocorrer verdadeiras transformações nos processos de produção de projeto, a participação popular deve permear todo o processo, as decisões tomadas devem ser significativas para todos os envolvidos. Talvez assim, a atuação do arquiteto pudesse romper os limites de uma relação hierárquica tal qual a prática assistencialista, fluindo para uma prática sem efeito de dominação.



## **3. A OCUPAÇÃO GREGÓRIO BEZERRA**

### **3.1. TRAMA DE AÇÃO**

A luta da Ocupação Gregório Bezerra (OGB) tem uma características diferente de outras ocupações, ela não se restringiu a um só local de reivindicação, durante sua existência os militantes da Unidade Classista, movimento ao qual a OGB é vinculada, ocuparam diferentes locais, sempre se identificando como Ocupação Gregório Bezerra. A trama de agentes varia, tanto os grupos de apoio ao movimento quanto as instâncias do poder público que dialogam com a demanda. Para melhor compreensão da dinâmica entre os agentes, eles foram divididos em três fases, de acordo com as mudanças de território da Ocupação. Sendo a primeira fase enquanto a Gregório Bezerra estava apenas no Conjunto Ceará, a segunda quando estava também no Centro e a terceira quando já tem apartamentos garantidos no conjunto do Programa Minha Casa Minha Vida Orgulho do Ceará II.

#### **3.1.1. NO CONJUNTO CEARÁ**

A OGB se inicia em setembro de 2016, do Polo de Lazer do Conjunto Ceará, uma centralidade da região ainda com muitos terrenos vazios, sendo um local de disputa da complexa geopolítica do conjunto. A Ocupação teve apoio dos movimentos culturais que atuam no espaço. A Prefeitura de Fortaleza expulsou os ocupantes uma primeira vez, sem dar alternativa habitacional e mal dialogava com o movimento.

#### **3.1.2. NO CENTRO DE FORTALEZA**

Quando estavam apenas no Conjunto Ceará, a OGB estava dividida entre um barracão, no terreno inicialmente ocupado, e no prédio de uma escola que havia sido abandonado antes da conclusão da obra, a OGB demanda a conclusão dessa obra para que ela seja destinada ao fim educacional. Em janeiro de 2018 a Prefeitura solicita a saída dos ocupantes do prédio da escola para a continuação das obras, mas novamente sem oferecer nenhuma alternativa habitacional. No mesmo mês os moradores saem da escola do Conjunto Ceará e ocupam o prédio da antiga Escola Jesus Maria José, no Centro de Fortaleza, mantendo o barracão inicial no lugar original. Alguns movimentos de cultura acompanham o movimento, e a partir de Gregório Bezerra surgem outros, como os Artistas Marginais em Movimento (ArMEM). A assessoria técnica agora é prestada no âmbito da Residência da UFBA/ UFC. Alguns diálogos surgem com a prefeitura e com o Estado no sentido de procurar uma solução para a Ocupação, porém em março o Governo do Estado, em ano eleitoral, anuncia que o movimento seria contemplado com 78 unidades habitacionais para as família da Ocupação em um conjunto do Programa Minha Casa Minha Vida.

#### **3.1.3. NO ORGULHO DO CEARÁ II**

O Conjunto Orgulho do Ceará II, empreendimento financiado pelo Banco do Brasil e construído pela Direcional, construtora de grandes conjuntos, tem o Habite-se liberado pela Prefeitura de Maracanaú e os moradores da Gregório Bezerra começam a se mudar em agosto de 2018, Barracão do Conjunto Ceará seria desmontado apenas em novembro, quando se consegue que todas as famílias que o ocupavam consigam moradia. O Conjunto foi feito

para receber reassentados do projeto de urbanização do Rio Maranguapinho, além disso, o MTST também conquistou algumas unidades habitacionais no empreendimento. Ainda com poucos moradores, a Unidade Classista organiza alguns eventos no conjunto para manter as relações dos militantes do movimento, é comemorado o aniversário de 2 anos no dia 25 de setembro de 2018, e o ArMEM realiza também algumas atividades, como Saraus na região. Porém o conjunto ainda não possui equipamentos públicos, pois os terrenos destinados para eles estão ocupados e o Governo do Estado ainda busca solução.



Figura 1 - Trama de agentes no Conjunto Ceará



Figura 2 - Trama de agentes no Centro de Fortaleza

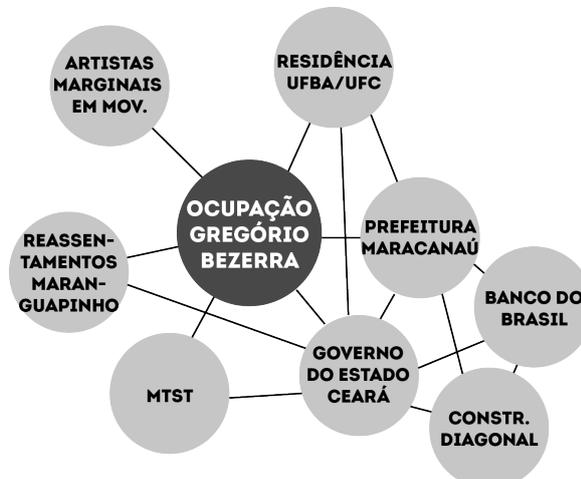


Figura 3 - Trama de agentes no Orgulho do Ceará II

## 3.2 DESENVOLVIMENTO

### 3.2.1 No CONJUNTO CEARÁ

O contato com a Ocupação Gregório Bezerra (OGB) se deu através da elaboração de um Trabalho de Final de Graduação (TFG) do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC que tinha como objetivo elaborar um projeto habitacional junto à uma comunidade ou movimento organizado em Fortaleza que pudesse contribuir como uma ferramenta para fortalecer tal reivindicação.

A aproximação do autor com as lutas por moradia se deu pela participação em diversos grupos de extensão ao longo de sua formação, além do seu engajamento na Frente de Luta por Moradia Digna (FLMD)<sup>1</sup>. Para elaboração do TFG, procurou-se encontrar uma demanda a partir desses espaços, como não foi possível definir uma comunidade específica, decidiu-se realizar visitas e entrevistas à ocupações urbanas lideradas por movimentos sociais que além da moradia tem como pauta o direito à cidade.<sup>2</sup>

Foram realizadas visitas em quatro ocupações: Ocupação Raízes da Praia do Movimento dos Conselhos Populares (MCP), na Praia do Futuro; Ocupação Manoel Lisboa liderada pelo Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB), no Centro; Ocupação Povo sem Medo feita no Grande Bom Jardim pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e finalmente a Ocupação Gregório Bezerra organizada pela Unidade Classista no bairro Conjunto Ceará.

A Unidade Classista é um movimento nacional de base ligado ao Partido Comunista Brasileiro que se constituiu em 2012. O grupo trabalha questões sindicais, e a moradia é um dos assuntos que passam pelo movimento, a Gregório Bezerra é a primeira experiência de ocupação da Unidade Classista no Brasil.(LESSA, 2017, p. 54)

A OGB se originou da seguinte forma,

Em agosto de 2016 cinquenta e duas famílias ocuparam um terreno no Conjunto Ceará, com pouco tempo essa ocupação autônoma foi despejada pela guarda municipal. A Unidade Classista organizou algumas dessas famílias e junto com pessoas de seus núcleos de base ocuparam o mesmo terreno na madrugada do dia 25 de setembro de 2016. Pouco mais de 50 dias depois eles sofreram outro despejo violento, a justificativa da Prefeitura é que a ocupação está dentro de uma área verde destinada ao lazer. Desde de então, eles estão instalados em um barracão construído no final da rua ao lado do terreno (...). (LESSA, 2017, p. 54)

Havia uma crescente demanda por moradia difícil de comportar apenas no barracão, além disso, pelas suas condições de implantação, o local alagava com facilidade. Há cerca de 200m do barracão, havia o prédio de uma escola pública que teve sua obra abandonada por mais de dois anos. Por isso, no dia 21 de abril de 2017 a Unidade Classista decidiu ocupar esse prédio não

---

1 A Frente de Luta por Moradia Digna é uma articulação de movimentos, associações, ONGs e assessorias que se formou em Fortaleza e que tem origem do Comitê Popular da Copa e de um incipiente Fórum de Ocupações de Fortaleza.

2 Essas entrevistas também fazia parte da atividade do Observatório de Remoções, pesquisa-ação desenvolvida pelo Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB-UFC).



Figura 4 - Barracão referente ao terreno ocupado inicialmente.



Figura 5 - Escola com obras paralizadas que foi ocupada.

somente para abrigar as famílias, mas principalmente para reivindicar que se desse continuidade às obras para que o equipamento pudesse atender à comunidade do Conjunto Ceará, visando também reduzir os estigmas negativos que os vizinhos tinham da ocupação. A partir de então a OGB passa a se identificar unitariamente nesses dois núcleos.

A Ocupação Gregório Bezerra estava então localizada há 13 km do centro da cidade, no bairro do Conjunto Ceará I, que de acordo com o zoneamento do Plano Diretor Participativo de Fortaleza de 2009,

caracteriza-se pela insuficiência ou precariedade da infraestrutura e dos serviços urbanos, principalmente de saneamento ambiental, carência de equipamentos e espaços públicos, pela presença de imóveis não utilizados e subutilizados e incidência de núcleos habitacionais de interesse social precários; destinando-se à requalificação urbanística e ambiental, à adequação das condições de habitabilidade, acessibilidade e mobilidade e à intensificação e dinamização do uso e ocupação do solo dos imóveis não utilizados e subutilizados. (PDPFOR, 2009, pg. 13)

Porém, é importante ressaltar que o Conjunto Ceará, que engloba os bairros homônimos I e II, apresenta uma situação peculiar na estruturação urbana de Fortaleza. Ele surgiu a partir da construção de um conjunto habitacional conduzido pela COHAB-CE no final da década de 70 e começo de 80 e financiado pelo BNH. Foi um empreendimento destinado a famílias com faixa de renda entre 0 e 5 salários mínimos, porém pela maior capacidade de pagamento a grande maioria dos beneficiários estava na faixa entre 3 a 5 salários. Por isso apesar de está dentro da ZRU 1 e na fronteira da cidade ele tem características diferentes das periferias de Fortaleza. (LESSA, 2017, p. 60)



Mapa 1 - Ocupação Gregório Bezerra no Conjunto Ceará.

Portanto, apesar de periférico, o Conjunto Ceará tem características muito diferentes dos seus bairros fronteiriços, de acordo com dados do IBGE, sua população tem características de renda e escolaridade semelhante a de outros bairros mais centrais da cidade, semelhança também percebida no acesso a infraestruturas como saneamento básico e energia elétrica. Construído sobre o modelo de Unidade de Vizinhança, o bairro é economicamente dinâmico e concentra equipamentos públicos de saúde e educação, constituindo-se uma subcentralidade de Fortaleza.

Entretanto, devido a ausência ou insuficiência de políticas habitacionais ao longo do tempo, a população do conjunto acabou construindo mais casas no mesmo lote ou subdividindo suas casas, fazendo com que o bairro tenha um alto índice de co-habitação e com que seus dados de déficit habitacional seja equiparada a outras regiões muito mais pobres da cidade.

Dentro do Conjunto Ceará, a OGB se insere no seu Polo de Lazer, um área que deveria ser destinada a equipamentos sociais e de uso coletivo do bairro, mas que não foi totalmente estruturada na implantação do empreendimento nos anos 80, deixando muitos terrenos vazios que foram ocupados irregularmente ao longo dos anos por diversos usos mas ainda restando muitas áreas livres residuais, sendo uma região bastante disputada por diferentes interesses dentro de um conjunto com uma geopolítica complexa.



**Mapa 2** - Ocupação Gregório Bezerra no Polo de Lazer do Conjunto Ceará.

Assim como a maioria do Polo de Lazer, a porção ocupada inicialmente pela OGB está definida pela legislação municipal como área verde de lazer, vazios que deveriam ser convertidos em espaços públicos verdes, mas que não se constituem como áreas de proteção ou preservação ambiental. Portanto, sendo de interesse do poder público, esses terrenos podem passar pelo processo de desafetação para que possam ter outros usos, inclusive o de moradia.

Quanto ao meio de viabilizar a construção de moradias para a OBG, o cenário não era favorável, com a crise econômica e política os recursos federais através do Programa Minha Casa Minha Vida ficaram escassos para faixa de baixa renda e no âmbito dos poderes locais, estadual e municipal, não existem políticas públicas concretas de produção de habitação de interesse social.

Durante a fase de pesquisa, através das visitas e entrevistas às ocupações lideradas por movimentos, foi mencionada a existência de um grupo de trabalho criado pelo Governo do Estado do Ceará para formular um projeto piloto para uma política habitacional baseada no mutirão autogerido. Portanto, o resultado final do Trabalho Final de Graduação defendia a construção do projeto habitacional proposto através de mutirão autogerido e visava tentar influir sobre essa proposta.

Outra questão importante no trabalho era estabelecer um processo de projeto que potencializa-se a autonomia dos ocupantes. Para isso procurou-se utilizar interfaces que estimulam a participação dos moradores na construção das tipologias habitacionais a fim de incluí-los na discussão e também para possibilitar o levantamento de suas demandas através do desenho.

Assim, na tarde do dia 12 de maio de 2017, realizou-se uma oficina para buscar, de forma participativa, traçar o perfil social dos ocupantes assim como formular uma tipologia de unidades habitacionais segundo os anseios dos moradores. No momento inicial estavam presentes cerca de 40 pessoas da Ocupação Gregório Bezerra. Para a aplicação do processo, além do autor do trabalho, estavam presentes também 4 estudantes de arquitetura voluntários.

A oficina foi dividida ainda em 5 momentos. A primeira parte foi a apresentação dos técnicos presentes. Para entender o nosso papel, foi importante situar que o processo de produção de moradia o qual os participantes estavam construindo ali era diferente dos meios tradicionais. Eles não estão comprando uma casa no mercado imobiliário ou apenas se cadastrando para receber um apartamento do poder público, eles se organizaram como movimento e ocuparam um terreno para cobrar a efetivação do seu direito fundamental à moradia.

Foram exibidos alguns exemplos da produção tradicional de programas como o PMCMV a fim de demonstrar a generalidade desses conjuntos habitacionais. Desde o começo, também foi prioridade deixar claro para os participantes que o objetivo do trabalho era criar um projeto arquitetônico alternativo que eles pudessem utilizar como mais uma ferramenta de luta. Isso era importante para evitar falsas expectativas dos moradores em relação a obtenção de suas moradias.

No segundo momento os participantes se apresentaram respondendo a perguntas que nos possibilitam reconhecer o perfil socioeconômico da comunidade e conhecer suas expectativas em relação às condições de moradia. Eles responderam sobre a formação de seu núcleo familiar, com quantas pessoas moram; discorreram também sobre a ocupação principal deles e suas atuais condições no mercado de trabalho, indicando se estão desempregados ou não. Falaram sobre sua trajetória habitacional indicando onde eles moravam antes de ir para a ocupação. Ao final também foi perguntado de forma coletiva o que eles sentiam necessidade em uma

boa moradia. Nesse momento, houve poucas falas. Talvez pela timidez dos participantes ou por nunca terem sido consultados sobre o tema.

As respostas foram registradas em cartelas pelos voluntários que agruparam em uma folha de papel madeira as respostas de acordo com os temas: família e ocupação. Os locais de origem foram marcados com adesivos em um mapa com os bairros de Fortaleza. As falas quanto a qualidade de moradia foram divididas entre questões individuais e coletivas. O objetivo era que os participantes também pudessem visualizar o resultado e melhor entender as condições de vida no âmbito coletivo, enquanto grupo, considerando os aspectos acima mencionados.

O terceiro momento foi baseado em uma ferramenta do grupo Usina chamada "retomando o potencial criativo", que tem como objetivo incitar o novo, o criativo, a partir de referências de projetos diversos, de vários lugares do mundo, justamente para tirar do imaginário popular que habitação social tem que ser de péssima qualidade.

Para isso foram rapidamente apresentados dois projetos. Primeiro, o conjunto Paulo Freire, elaborado por essa mesma assessoria técnica em São Paulo, que além de apresentar uma boa qualidade espacial e um diferencial pela estrutura metálica teve um processo de concepção que foi referência para o trabalho com a Gregório Bezerra. Em seguida, foi exposto o projeto Quinta Monroy do escritório chileno Elemental, pela boa qualidade arquitetônica, versatilidade do projeto e pelo destaque que teve como habitação de interesse social.

A proposta do projeto para a Gregório é que ele fosse construído por mutirão. Ao final deste momento da oficina houve uma discussão interessante que não estava planejada. Uma das participantes perguntou quais as vantagens e se seria possível realizar um mutirão para a construção das casas, pois ela já havia participado de um, foram expostas questões como o barateamento dos custos e a maior possibilidade de aceitação do governo tendo em vista a crise econômica. Outra participante rebateu os argumentos apontando que o mutirão isenta o poder público do dever de fazer cumprir o seu direito à moradia. Então, foi discutido coletivamente qual seria o modo mais fácil de ser realmente implementado, assim como qual teria maior rapidez e qualidade. Ao final se chegou à conclusão de que o mutirão seria a melhor solução para o projeto.

Em seguida foi a parte mais longa da oficina, onde os participantes divididos em grupos e orientados por um facilitador, estudante de arquitetura<sup>3</sup>, deveriam produzir suas próprias tipologias habitacionais. A ideia desse momento é entender como cada família se utiliza do espaço doméstico.

Foram formados 4 grupos: 1 grupo exclusivamente de homens, outro de mulheres e dois grupos mistos. Essa divisão foi feita com referência às experiências de assessoria da Usina, e tem como objetivo explicitar como as diferentes pessoas utilizam o espaço. A ideia inicial era dividir entre: mulheres adultas, homens adultos, idosos e crianças, mas pelas características dos participantes durante o momento a divisão acabou acontecendo desta outra forma.

---

3 Para a realização da oficina, além do autor do trabalho, haviam outros 4 estudantes de arquitetura que se voluntariaram para ajudar na sua realização.

Como interface para produção das tipologias foram impressos 4 jogos de móveis básicos em planta baixa 2D na escala de 1/10 que deveriam ser dispostos pelos participantes, com auxílio dos estudantes, em cima de uma folha A0 com um quadriculado claro de 2,5x2,5cm apenas para guiar os os espaços de circulação.

Pensar a planta da unidade habitacional a partir dos móveis pode parecer uma inversão para os arquitetos - já que aprendemos que devemos começar pela cidade, analisando o que acontece no entorno da área onde será projeto, e só depois ir para edificação. No caso do processo compartilhado de projeto, os móveis são, de fato, o tema gerador para a discussão da casa. Cada um sabe o que deve caber na cozinha, na sala ou nos dormitórios. (USINA CTAH, 2015, p. 161)

A distribuição desses elementos para montagem dos tipos arquitetônicos também seguiu as referências da Usina.

Iniciamos a atividade a partir da forma como cada um desses grupos usa os espaços de moradia, questionando as funções de cada ambiente, ainda sem nome ou definição (a partir de desenhos genéricos, sem definição de "cozinha", "sala", mas pelos usos e necessidades.) (USINA CTAH, 2015, p. 160)



Figura 6 - Apresentação dos projetos para moradores.



Figura 7 - Dados levantados na oficina.



Figura 8 - Divisão em grupos para elaboração de tipologia.



Figura 9 - Elaboração de tipologia.

Ao longo da oficina, alguns participantes foram se dispersando, mas a maioria se reuniu ao final para o último momento onde se deu a apresentação das 4 tipologias por participantes de cada equipe.

Importante ressaltar que, como qualquer ação de extensão ou de assessoria técnica, nem tudo sai como planejado ou mesmo nem sempre aquilo que se buscou atingir vem a ser bem sucedido. Faz parte do trabalho coletivo e participativo contar com estas incertezas e ao mesmo tempo, garantir

certa flexibilidade na sua realização. Por isso é importante pontuar algumas questões que ocorrem, primeiramente sobre o perfil dos ocupantes.

O número de participantes era muito maior do que o esperado. Assim sendo, o processo inicial de apresentação teve que ser acelerado. Percebeu-se ainda que algumas pessoas respondiam algo que não se encaixava exatamente nas perguntas e não foi possível debater melhor a resposta.

Além disso, enquanto aconteciam os depoimentos, outras pessoas ainda chegavam, as quais eram chamadas por amigos a todo tempo. Durante esta etapa, cada estudante era responsável por anotar uma informação diferente, tamanho da família, ocupação e origem, como o processo foi rápido o número de respostas captadas em cada assunto foi variado.

Quanto aos resultados da primeira, sobre a formação das famílias, foram levantadas 45 respostas. As respostas variam entre famílias de 1 até 7 componentes, houve apenas um caso onde foram contadas 13 pessoas. Considerando a hipótese de moradia ideal, mesmo as famílias mais volumosas relataram a preferência de continuarem a morar juntas. A grande maioria, cerca de 2/3 das respostas, se situam no intervalo entre 3 a 5 membros.

Quanto a ocupação dos participantes, foram obtidas 34 respostas bem variadas, de abatedor de frango a veterinário (não especificou se havia graduação), mas o interessante foi perceber que um número significativo (mais de 1/7) eram trabalhadores da construção civil, todavia, todos estes encontravam-se desempregados. Essa situação inclusive era o perfil geral dos participantes, os únicos que não estavam sem trabalho eram: uma estudante, uma aposentada e 5 vendedores ambulantes autônomos.

Quanto a origem das famílias, foram catalogadas 52 respostas. Percebe-se uma grande relação da ocupação com as favelas do entorno principalmente o Genibaú, uma favela vizinha de onde vieram 20 das pessoas que responderam a questão, 4 pessoas eram oriundas de outros municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. Houve ainda também pessoas de fora do Ceará, 2 de João Pessoa e 1 de São Paulo.

Foram levantadas apenas 14 respostas quanto ao que agrega qualidade à moradia para os participantes. Todavia a maioria tinha relação com questões coletivas, com destaque para a importância do lazer.

Quanto às questões individuais apareceram alguns cômodos da casa que precisam de maior atenção, como a sala, o quintal e a cozinha. Surge ainda como diretriz para o projeto a possibilidade de expansão da casa e a dificuldade em pagar aluguel.

Agora serão expostas algumas questões percebidas ao longo da etapa de montagem das tipologias, assim como uma análise dos resultados.

Em alguns grupos houve dificuldades com o trabalho coletivo. Em um deles aconteceu uma pequena rivalidade entre duas participantes, mas sem grandes desdobramentos ou constrangimentos. Um problema apontado pelos facilitadores foi a indisposição de algumas pessoas em participar pois julgavam que os estudantes poderiam fazer aquele trabalho melhor que eles. Por isso era sempre preciso falar sobre a importância e as vantagens da construção coletiva daquelas tipologias e reforçar os conhecimentos que

só eles tinham.

As tipologias habitacionais refletem as características das famílias. Todas foram feitas com dois quartos, em nenhum grupo foi sugerido a adição de um outro, o que é compreensível tendo vista que a maioria das famílias são formadas por 3 a 5 pessoas.

Entretanto uma questão que apareceu inicialmente em todos os grupos foi a presença de um segundo banheiro. Os facilitadores puseram em questão que a adição desse cômodo encareceria a obra, já que possui infraestrutura hidráulica e especificidades de construção. Diante disto a maioria dos grupos recuou e adotou apenas 1 lavatório, apenas em um dos grupos os participantes foram mais persistentes nessa questão e mantiveram sua tipologia com dois banheiros.

As cozinhas geralmente apresentam um tamanho relativamente grande comparadas às unidades de habitação de interesse social. É possível verificar também a presença de espaços de lazer junto às salas, representadas como varandas ou quintal.

Um ponto que chamou atenção foi o reflexo que a cultura machista teve na produção das tipologias. Na condução da montagem as repostas sobre as importâncias dos cômodos se diferenciavam muito de acordo com o gênero dos participantes. No grupo exclusivo de homens a primeira coisa que aparece é o "espaço para lazer" que toma forma na sala com o sofá e televisão. Enquanto nos outros grupos, onde havia presença feminina, a cozinha e a área de serviço apareceram logo no início.

No grupo masculino os últimos espaços a serem pensados foram o quarto dos filhos e a área de serviço, que acabou sendo posta de forma despreocupada, fora de casa junto com uma grande área aberta que seria destinada também ao lazer ou para futuras expansões. Ao analisar a sala de estar dos grupos, percebe-se que a casa feita pelas mulheres é a única onde há apenas um sofá, enquanto nos outros grupos onde havia alguma presença masculina, todos usaram dois sofás. Essas observações podem revelar o reflexo do machismo onde a mulher ainda atribui à sua casa o espaço de trabalho, enquanto o homem atribui ao seu lar, o descanso e o lazer.

Todas as informações foram importantes para compreender melhor as necessidades e demandas dos habitantes da OGB, essa tipologia deu forma às casas do conjunto habitacional projetado com eles para a fase final do Trabalho Final de Graduação.

A comunidade aprovou o projeto e chegou a enviar a proposta à Secretaria Regional responsável pela gerência da área, porém a Prefeitura continuou sem dar nenhuma resposta a demanda de moradia da OGB.



Figura 10 - Planta criada pelos moradores.

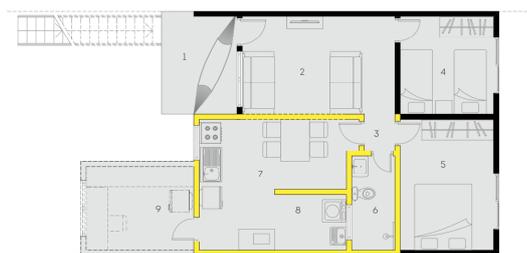


Figura 11 - Planta após modificações técnicas para o projeto.



Figura 12 - Render do projeto final.

### 3.2.2. NO CENTRO DE FORTALEZA

Após a entrega do Trabalho Final de Graduação para a UFC e para a comunidade, o autor inicia o curso de Residência e as aulas práticas em Salvador, durante sua ausência, poucos avanços acontecem em termos de negociação para a demanda da Gregório Bezerra, surge inclusive um rumor de remoção da comunidade. Enquanto isso a Taramela continua a assessoria em Fortaleza e a 5ª Assembleia Popular da Cidade acontece na Ocupação.

No dia 17 de Janeiro de 2018 a Secretaria Municipal de Educação, o responsável distrital da Secretaria de Infraestrutura e a empresa responsável pela obra da escola do Conjunto Ceará visitaram a OGB solicitando que os ocupantes se retirassem pois precisavam dar continuidade à obra. Não havia nenhum agente público responsável pela habitação no dia e nem proposta de realocação para as famílias. O movimento se negou a sair sem negociar, até que conseguiram marcar para o dia 23 de janeiro uma reunião de negociação na sede da Habitafor. Este segundo encontro teve a presença de alguns vereadores, da secretária de educação, do secretário de habitação e foi acompanhada pelo então residente assessor da OGB.

Durante a reunião procurou-se encontrar um solução habitacional para alojar as famílias, seja um conjunto habitacional já construído ou a concessão de uso

de algum imóvel público para que as famílias pudessem se alojar. O projeto por mutirão desenvolvido durante o TFG também foi posto como alternativa pelo próprio movimento, a ideia pareceu bem recebida pelo secretário de habitação, o Grupo de Trabalho (GT) para pensar um projeto piloto de mutirão foi novamente citado, porém a reunião não surtiu encaminhamentos que providenciasse qualquer solução habitacional para o movimento. O único acordo é que os moradores iriam se retirar do prédio, já que era pauta do movimento a retomada da construção da escola, a empresa responsável contrataria moradores da ocupação para trabalhar na obra e o barracão poderia continuar no local onde estava.

Por não encontrar uma solução habitacional, na madrugada do dia 26 de janeiro de 2018 as famílias da Ocupação Gregório Bezerra que estavam na escola no Conjunto Ceará saíram do equipamento em construção e ocuparam um prédio histórico no Centro de Fortaleza. A Escola Jesus Maria José, inaugurada em 1905 pela Igreja Católica, se encontra abandonado há muitos anos e já foi palco de algumas ocupações de movimentos de moradia, como o MLB e agora a Unidade Classista. Desde 2008 a Prefeitura tem a concessão de uso do prédio por parte da Igreja, existia um projeto para transformá-lo no Museu da Fotografia que nunca foi efetivado.



**Figura 13** - Ocupação Gregório Bezerra dividida entre a escola do Centro e o barracão no Conjunto Ceará.



**Figura 14** - Dia da Ocupação do Prédio da Escola João Maria José, no Centro de Fortaleza.

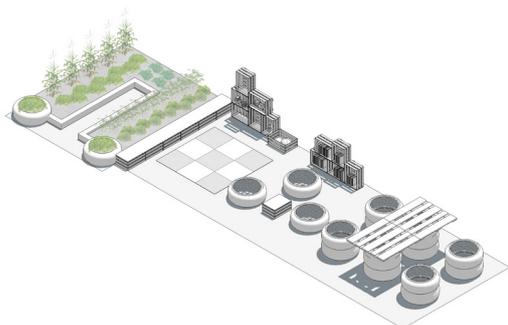
A Ocupação Gregório Bezerra passa então a ter seus dois núcleos distantes entre si, 12 famílias continuam morando no barracão inicial no Conjunto Ceará e 66 famílias que ocupam o prédio abandonado do Centro de Fortaleza. Territórios bem diferentes que estão a cerca de 12km de distância entre si.

No dia 8 de março a Unidade Classista apoiou uma ocupação realizada por movimentos feministas em um prédio abandonado reivindicando a construção da Casa da Mulher Brasileira, no bairro da Parangaba, o Governo do Estado fez uma reunião de conciliação com os militantes dessa iniciativa e a partir então se abre um canal de diálogo entre a OGB e o poder público estadual.

Nesse contexto se tem a assessoria técnica a partir da Residência em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, e no plano de trabalho, que deveria guiar as ações do curso durante todo o ano de 2018, se ainda colocam duas hipóteses de projeto final a ser desenvolvido junto à Ocupação. Devido a abertura de diálogo tanto com poder público municipal, quanto com o estadual, a primeira opção, mais otimista, é que pelo menos até maio de 2018, fosse definido junto ao governo um ou mais terrenos específicos para que se possa ser pensado um projeto arquitetônico e urbanístico por mutirão, já que o trabalho feito na graduação foi com um terreno que dificilmente seria cedido para moradia popular, a idéia agora era negociar com o poder público outro terreno específico. A segunda hipótese, no caso da não indefinição de um local dentro do prazo do trabalho, é a elaboração de um estudo de vazios urbanos (terrenos ou prédios ociosos) passíveis de serem utilizados para habitação de interesse social via autogestão no centro de Fortaleza.

O diálogo com a Prefeitura de Fortaleza é extremamente fechado, caracterizado por uma gestão que promove um planejamento urbano neoliberal, que se apoia na imagem da cidade como mercadoria, privilegiando o uso de instrumentos urbanísticos de parceria pública-privada, com a promoção de planos como o "Fortaleza Competitiva" e a nova Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade, feitos a portas fechadas, sem participação popular e com graves ameaças a produção de habitação de interesse social. Assim, parte-se para tentar negociar com o governo do Estado. No início de março de 2018, é realizada uma reunião na Secretaria das Cidades, onde são apresentados o projeto da residência e o trabalho com a Ocupação Gregório Bezerra, se é questionado sobre o GT de política pública por mutirão que se havia mencionado antes, que pelo relato do coordenador de habitação havia ficado parado há algum tempo, mas agora poderia ser retomado.

Paralelamente a esse processo há também um constante acompanhamento da OGB, frequentando eventos promovidos pelo próprio movimentos, ou parceiros, como exibição de filmes, formações políticas, etc. Através deste contato surgiu a demanda de alguns jovens que moram na ocupação de dar usos há alguns espaços públicos que existem no pátios prédio e construção de alguns equipamentos comunitários, como uma horta, uma biblioteca (que já existia e era mantida por esses jovens), uma brinquedoteca e um espaço que tanto poderia servir a cozinha comunitária, quanto seria um lugar para passar o tempo e reunir as pessoas. Devido à uma agenda externa, houve pouco tempo para elaboração do projeto e não foi possível a utilização de alguma interface que proporcionasse uma melhor participação dos envolvidos no desenho, mas que foi elaborado e recebido pelos jovens, mas devido ao novo cenário de possível desmanche da ocupação, não chegou a ser executado.



**Figura 15** - Projeto do parquinho, horta e biblioteca comunitárias e espaço de lazer para as crianças.

### 3.2.3. No ORGULHO DO CEARÁ II

Pouco tempo depois da entrega o projeto para esse espaço coletivo, a OGB recebeu um comunicado do Governo do Estado que iriam ser contemplados com unidades habitacionais para as 78 famílias no conjunto Orgulho do Ceará II, localizado há mais de 14 km do centro de Fortaleza, no município vizinho, Maracanaú. O empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida fase II para faixa 1, tem 2096 unidades habitacionais e atualmente não tem nenhuma equipamento público em construção, os terrenos institucionais direcionados para isso, estão ocupados por outros grupos e o governo não conseguiu achar um meio de construir esses equipamentos, apesar disso, disse que estaria entregando suas unidades em dois momentos, um primeiro em junho num segundo em agosto, quando iriam os moradores da OGB.



**Figura 16** - Ainda na Escola do Centro, dia do anúncio que as famílias da Ocupação Gregório Bezerra receberiam unidades no Orgulho do Ceará II



**Figura 17** - Conjunto Orgulho do Ceará II



**Mapa 3** - Localização da Ocupação Gregório Bezerra no Centro de Fortaleza e o Conjunto Orgulho do Ceará II, em Maracanaú.

Inicia-se então uma fase de pesquisa para buscar uma demanda do novo local que pudesse ser atendida pela Residência, quem sabe em parceria com a outra Prefeitura que aparecia agora na trama de agentes. Durante a fase de pesquisa, através de entrevistas, se verificou que o empreendimento Orgulho do Ceará II já havia sido entregue pela construtora há muito tempo, porém a municipalidade não entregava o Habite-se devido a falta de equipamentos públicos no conjunto que compromete sua habitabilidade. O loteamento feito pela construtora delimita os terrenos para esses equipamentos em locais que já estavam ocupados, depois de entregar a obra do conjunto com a infraestrutura urbana de vias e as unidades habitacionais construídas a resolução do problema para a construção dos serviços ficaria a cargo

do Estado. Em ano eleitoral, o Estado tenta resolver os problema dos equipamentos modificando sua localização e anuncia a entrega do conjunto, que era destinado a receber famílias que foram reassentadas pelas obras de urbanização do Rio Maranguapinho e que acabou recebendo demandas de movimentos sociais, sendo a Unidade Classista um deles.

Em agosto de 2018 começam as mudanças das famílias para o novo Conjunto, até o momento em que este trabalho é escrito, novembro de 2018, 44 famílias da OGB já estavam morando no Orgulho do Ceará e outras 34 prestes a se mudar. Durante os últimos meses o barracão do Conjunto Ceará foi ficando com cada vez mais vazio, chegando a ser desmontado no início de novembro. Algumas poucas famílias ainda residem no prédio do centro e alguns moradores de rua do centro tem se aproximado da ocupação, mas em breve ela deve ter fim, e tenta se negociar com a prefeitura o que acontecerá com esses moradores que chegaram recentemente. Quanto a dar uma função social ao prédio do centro, que também era um demanda do movimento, o poder público não deu nenhum encaminhamento, com a saída da ocupação ele voltará a ser mais um vazio urbano. Como uma vitória simbólica deve-se mencionar que se encontra em tramitação na prefeitura a proposta de dar o nome de Gregório Bezerra a escola integral do Conjunto Ceará, aquela que antes fora ocupada pela OGB.

Devido a essa mudança gradual, lenta e com pouca definição de prazos parecia inviável a elaboração de um projeto específico junto a Gregório Bezerra como projeto propositivo do trabalho da Residência, passa-se então a concentrar o trabalho de campo na consolidação da Taramela e em outros projetos da entidade.

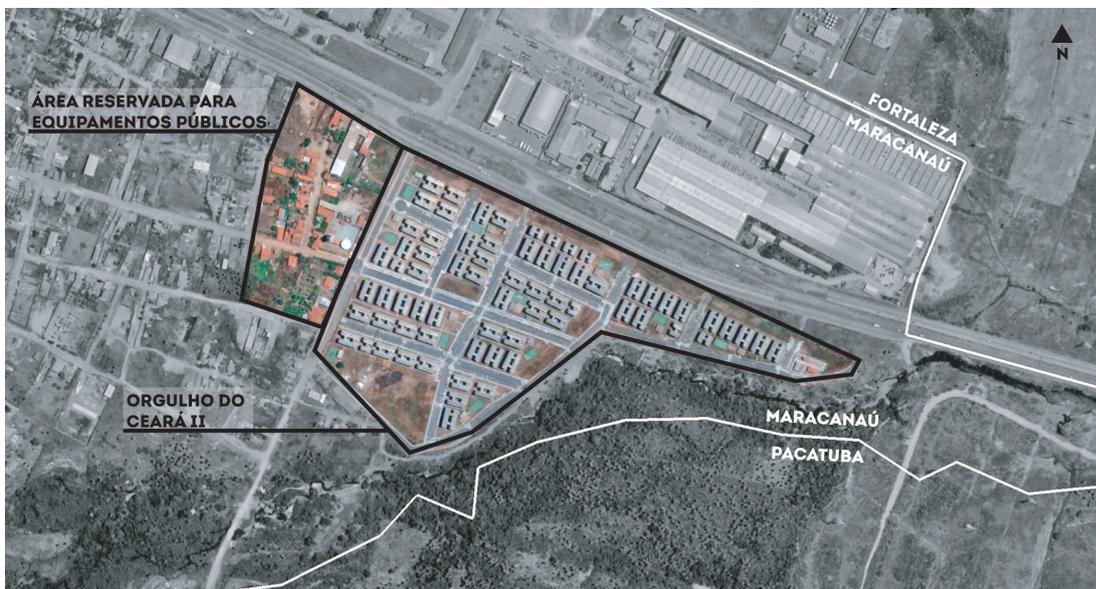


Figura 18 - Implantação e loteamento do Conjunto Orgulho do Ceará II.

### 3.3. PROBLEMATIZAÇÃO

Apesar do pouco tempo de existência a Ocupação Gregório Bezerra passou por diferentes lugares e teve repercussão na cidade. Ela se inicia no Conjunto Ceará, um bairro que originou de um conjunto construído pelo Banco Nacional de Habitação nos anos 80 no modelo de Unidade de Vizinhança e que hoje se configura como uma subcentralidade de Fortaleza. Depois disso, a OGB vai para o Centro da cidade, ocupando um prédio abandonado, pressionando pela sua função social e denunciando o problema dos vazios urbanos naquele território bem infraestruturado. Agora a Ocupação Gregório Bezerra se encaminha para um fim, a conquista das unidades habitacionais foi muito celebrada pelos moradores, pois apesar de distante e com más condições de habitabilidade para quem morava em uma ocupação e reivindicava o atendimento do seu direito à moradia ter sua reivindicação atendida é algo a se comemorar. Porém é preciso olhar de forma crítica para esse processo, para além da moradia como quatro paredes, quais as possibilidades de urbanidade que as pessoas que construíram a luta da OGB terão a final? Em quais aspectos eles terão uma melhoria na qualidade de vida?

É importante destacar que a crítica aqui não se faz ao movimento que aceitou sair do centro da cidade em troca das unidades em um conjunto inabitável, afinal as pessoas que constroem uma ocupação geralmente vivem em condições precárias, sem segurança de posse, expostas a violência do Estado. A crítica aqui é feita ao poder público, que é ineficiente na efetivação de políticas urbanas que garantam a função social da cidade, que apesar de anos de política de construção de grandes conjuntos periféricos e de todos os estudos que comprovam os prejuízos dessas ações, continuam insistindo nos mesmos erros, agindo de forma clientelista por ganhos imediatos e a determinados grupos, acirrando ainda mais as disparidades sociais.

## 4. TARAMELA

### 4.1 TRAMA DE AÇÃO

#### 4.1.1. A FORMAÇÃO DA TARAMELA

O processo de implementação da Taramela se inicia em novembro de 2016 a partir da inquietação de um grupo de jovens arquitetos e arquitetas urbanistas, alguns ainda prestes a concluir o curso, sobre o campo de atuação profissional. O desejo comum era de trabalhar com demandas populares e de forma diferente dos convencionais escritórios.

Os integrantes do grupo já tinham um histórico de participação em atividades de extensão, como o Canto, Escritório Modelo da UFC, o Escritório de Tecnologia Social da UFC e o Laboratório de Estudo em Habitação da UFC (LEHAB-UFC). Por isso, já havia um envolvimento dos membros da Taramela em espaços políticos de discussão sobre a cidade, como a Frente de Luta por Moradia digna e a Assembleia Popular da Cidade.

Durante um primeiro período nos concentramos em reunir referências para atuação em assessoria técnica, pesquisando sobre entidades que trabalham no campo, como se dá seu funcionamento e os meios de financiamento das ações. Tentamos alguns editais para apoiar o início da entidade, porém não conseguimos resultados positivos, talvez pelo difícil contexto de crise, que dificultou a aprovação de projetos mesmo para organizações da sociedade civil mais antigas. Após a contratação dos membros do coletivo para a realização de um projeto de intervenção em espaços públicos, pago por um edital ganho por outro grupo, os integrantes doam parte do dinheiro da ação para a formalização da entidade. Depois das discussões em torno de que grupo queremos ser e como queremos atuar escrevemos nosso estatuto com base em outras assessorias técnicas, com destaque para as de São Paulo, Usina, Peabiru e Teia - Casa de criação, que nos cederam seus estatutos, e o da Flor de Urucum, uma OSC de Fortaleza do campo jurídico e de comunicação social pelos direitos humanos. No dia 9 de março de 2018 realizamos a Assembleia de Fundação da Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade como Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos e o cadastro de pessoa jurídica viria a ser emitido no mês seguinte.

A organização foi criada por 6 sócios-fundadores e é constituída por 3 órgãos organizativos: Assembleia Geral, formada pela totalidade de sócios, fundadores ou não, Coordenação, que é dividida em 3 cargos essenciais para o funcionamento da entidade, cada um com suas responsabilidades descritas pelo estatuto: coordenador(a) geral, coordenador(a) financeiro e coordenador(a) operacional e o Corpo Técnico, que são pessoas que prestam serviço para Taramela em projetos específicos mas não necessariamente querem ter vínculo de sociedade com a entidade.

A Assembleia Geral é o órgão supremo de decisão da associação, sendo que suas deliberações são tomadas de acordo com a maioria absoluta de votos em relação aos sócios presentes. Para regular o funcionamento da entidade, formulamos um regimento interno, no qual dentre outras coisas prevê as reuniões da Assembleia Geral, ordinárias de 15 em 15 dias e extraordinárias quando convocadas com pelo menos 24 horas de antecedência e uma doação mensal atribuída aos sócios para viabilizar gastos mensais da entidade, como

a contabilidade, essencial desde da instituição como pessoa jurídica.

Além do Regimento Interno, em meados de 2018, elaboramos também um Plano Estratégico, avaliando as ações promovidas até então e traçando três eixos de atuação para o próximo ano: Desenvolvimento Interno, que envolve atividades para a consolidação da entidade e formação dos membros, Assessoria Técnica em Habitação e Arquitetura, que engloba projetos mais ligados a escala arquitetônica e o eixo de Planejamento Urbano e Direito à Cidade, que reúne as ações de assessoria na promoção de justiça e inclusão social nas cidades e projetos de planejamento e desenho urbano.

Desde de o início de suas atividades, ainda como coletivo 2016, a Taramela vem se reunindo e atuando junto a comunidades e movimentos sociais, prestando serviços de assessoria técnica nos âmbitos da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano. Ao longo deste tempo, o grupo vem desenvolvendo atividades, como oficinas, palestras, formações populares, projetos, mutirões e acompanhamento de políticas públicas junto a diversas outras entidades, com as quais foi construída uma complexa teia de relações. A taramela participa e compõe de espaços coletivos de discussão sobre questões urbanas em Fortaleza, como a Frente de Luta por Moradia Digna e as Assembleias Populares da Cidade, articulações das quais participam outras organizações da sociedade civil, escritórios públicos e grupos da universidade, o que faz deste trabalho o mais coletivo o possível.

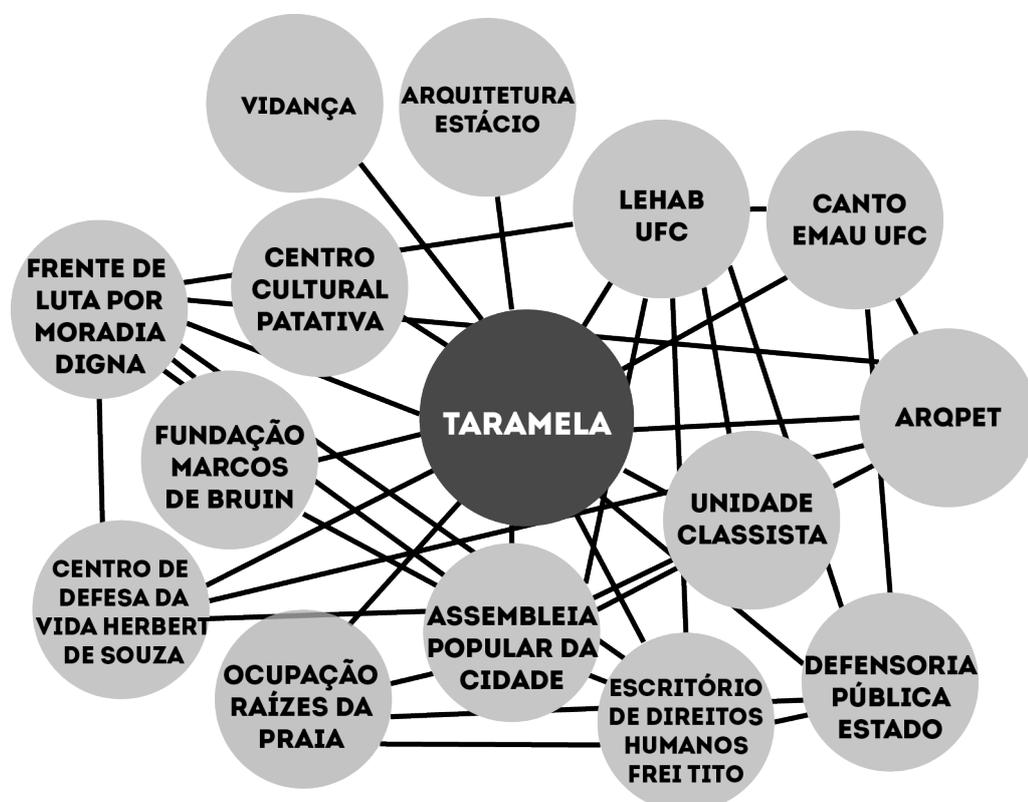


Figura 19 - Trama de agentes da Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade

## 4.2. DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento serão expostos os trabalhos desenvolvidos pela Taramela, com o objetivo de melhor compreender como se dá a atuação do grupo e de construir uma base de metodologias participativas utilizadas nas diferentes ações, para facilitar a leitura, as metodologias serão destacadas no texto para que assim possam servir tanto para futuros trabalhos da Taramela como de referências para outros grupos, sem deixar de lembrar que quando se trata de metodologias participativas não é recomendado a simples réplica das ações, é preciso pensar em cada contexto específico para a partir de então pensar no métodos mais propícios para gerar os resultados esperados.

### 4.2.1. ASSESSORIA À FRENTE DE LUTA POR MORADIA DIGNA

A Frente de Luta por Moradia Digna (Frente) tem sua formação a partir da dissolução do Comitê Popular da Copa, de um incipiente Fórum de Ocupações e da necessidade expressa por agentes locais da manutenção de um espaço de articulação comum. Ela congrega diversos moradores de comunidades de Fortaleza, movimentos, organizações da sociedade civil, associações, estudantes e profissionais das universidades, entre outras pessoas interessadas. As mudanças na conjuntura das políticas urbanas são um fator de peso nas temáticas, abordagens e direcionamento das atividades. Atualmente, a Frente concentra suas ações em quatro eixos de atuação: na implementação das ZEIS; atividade em relação a implementação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT); Ocupações e remoções; e nos conselhos de controle social.

Nesse contexto de luta pela moradia digna na cidade de Fortaleza e a formação e manutenção desse grupo resistente, é de fundamental importância descrever brevemente as ações da Frente, que tem por objetivo caracterizar, do ponto de vista das comunidades, a atuação da Prefeitura e do Estado nesses territórios.

Em relação a implementação das ZEIS, as comunidades possuem o histórico de luta para a incorporação do instrumento no Plano Diretor, desde 2009, até a atual e mais recente situação de eleição e capacitação dos Conselhos Gestores das dez ZEIS prioritárias. Quanto à questão do VLT, ela vem do histórico ainda das obras para a Copa de 2014, no qual dezenas de famílias foram removidas e até hoje permanecem recebendo o aluguel social à espera da construção dos empreendimentos. As situações de ocupações e remoções entra no contexto corrente em Fortaleza, o déficit habitacional aliado à falta de uma política urbana eficiente, provoca uma quantidade significativa de ocupações e uma situação de violência por parte da prefeitura e da polícia nesse processo de remoções. Finalmente, em relação aos conselhos de controle social, a Frente tem participantes no Conselho Municipal de Habitação Popular de Fortaleza (COMHAP), que tentam minimamente levar a esses espaços a discussão sobre o direito à moradia digna e avançar em alguns aspectos, como o orçamento; e teve uma forte atuação na tentativa de substituição do Conselho Permanente de Avaliação do Plano Diretor (CPPD), que está funcionando de forma ilegal, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU).

Nas atividades da Frente, além do suporte para o funcionamento da mesma,

com a mobilização, produção de materiais e suporte na prestação de contas, a Taramela tem suas atividades voltada a dois eixos principais: a implementação das ZEIS e ações nos conselhos.

#### 4.2.2. ASSESSORIA À ASSEMBLEIA POPULAR DA CIDADE

A Taramela também trabalha com outro espaço de articulação, a Assembleia Popular da Cidade (APC), antigamente chamada de Assembleia Popular pelo direito à Cidade, que é outra articulação de movimentos, comunidades, associações, organizações da sociedade civil, cidadãos autônomos e grupos da universidades que se reúnem, geralmente mensalmente, de forma itinerante na cidade para discutir questões urbanas em Fortaleza.

Esse espaço tem sua origem com os Encontros de Resistências Urbanas, realizados no início de 2017, idealizados pela Frente de Luta por Moradia Digna, com objetivo de reunir outros grupos de resistência da cidade, como de pautas ambientalistas, de patrimônio e cultura, tendo em vista a falta de espaços de controle social da política urbana e o modus operandi extremamente neoliberal com o qual tem sido tratada.

A primeira Assembleia Popular da Cidade aconteceu em junho de 2017 na Vila Vicentina, os encontros, itinerantes e mensais, aconteceram já em outras 8 comunidades de Fortaleza, sequencialmente: Mucuripe, Bom Jardim, Pici, Ocupação Gregório Bezerra, Conjunto Palmeiras, Lagamar, Aldaci Barbosa e Ocupação Raízes da Praia. Além dos encontros nas comunidades, haviam assembleias de articulação, formação e planejamento, onde foram definidos três eixos prioritários de ação: vazios urbanos, a carestia e o extermínio da juventude negra. A discussão sobre esses eixos varia de acordo com a demanda de cada comunidade que recebe o evento e surgem relações com outros temas como moradia, segurança pública, saúde, saneamento e cultura.

A Taramela compunha a APC sempre se inserindo em alguma de suas três comissões de organização: de articulação e mobilização, de comunicação e de formação. Os encontros geralmente acontecem aos sábados pela manhã e seguem uma base de estrutura metodológica, a Assembleia se inicia com a apresentação sobre o histórico do território por algum morador, se abre um espaço para as discussões sobre as pautas da comunidade que está recebendo o evento, em seguida são debatidas as pautas gerais da APC, podendo ter algum momento de formação com algum especialista ou atividade lúdica conduzida por artistas locais, e por último são feitos os encaminhamentos das comissões organizativas para o próximo encontro.

Ao analisar os relatos da APC, a união e a troca de experiência entre movimentos e coletivos urbanos e o fortalecimento das lutas já existentes são citados como os principais benefícios da articulação. A principal crítica é necessidade de realizar ações mais concretas ou atos públicos, apesar dos encontros já terem trazidos ganhos importantes para algumas comunidade, a exemplo da luta pela manutenção de um posto de saúde que seria desativado no Pici.

No segundo semestre de 2018, talvez devido a intensificação dos compromissos políticos das entidades que compõem a articulação, com destaque para o processo de regulamentação das ZEIS, a APC acaba por se desarticular, tendo seu último encontro realizado em agosto de 2018.

**ASSEMBLEIA POPULAR  
PELO DIREITO À CIDADE**

**03 de JUNHO** 08:30 às 11h  
Local: Rua Tibúrcio Cavalcante, 2184  
Capela da Vila Vicentina

**3ª ASSEMBLEIA POPULAR  
PELO DIREITO À CIDADE**

Bom Jardim | 26 de Agosto

8:00 às 12:00 | Centro Cultural do Bom Jardim - R. Três Corações, 400

**ASSEMBLEIA POPULAR  
PELO DIREITO À CIDADE**  
2º ENCONTRO DE PLANEJAMENTO ANUAL

**03/03/2018 (SÁBADO)**  
**08:00 ÀS 12:30**  
**NO DEPARTAMENTO DE  
ARQUITETURA DA UFC**  
AV. DA UNIVERSIDADE, 2890, BENFICA  
(POR FAVOR CONFIRMAR PRESENÇA ATÉ QUINTA-FEIRA PELO EMAIL TARAMELA.ATAU@GMAIL.COM)

**ASSEMBLEIA  
POPULAR  
DA CIDADE**  
ENCONTRO DE ARTICULAÇÃO

**dia 11/08/18 às 08:30 no CENTRO DAS PASTORAIS  
rua Rodrigues Junior, 300, Centro.**

**2ª ASSEMBLEIA POPULAR  
PELO DIREITO À CIDADE**

**29 DE JULHO 08:30 ÀS 12:00**  
LOCAL: SALÃO PAROQUIAL DA IGREJA  
DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE,  
(AV. DA ABOLIÇÃO 3929, MUCURIBE)

**5ª ASSEMBLEIA POPULAR PELO  
DIREITO A CIDADE**  
Dia 28/10 às 08:30 na OCUPAÇÃO GREGÓRIO BEZERRA

**28 / 10**  
ÀS **08:30**  
NA **OCUPAÇÃO  
GREGÓRIO  
BEZERRA**  
Av. F. próxima ao nº 700 do Conjunto Ceará

FOTO: TXAI COSTA E MENDES

**7ª ASSEMBLEIA POPULAR DA CIDADE  
LAGAMAR**

**DIA 07/04 | 08:00 - 12:00**  
Paróquia São João Batista do Tauape  
Rua Capitão Gustavo, 3944  
(Entrada pela Rua Monsenhor Salazar)

**9ª ASSEMBLEIA  
POPULAR DA CIDADE**

14/07/18  
Raízes da Praia

Local: Centro Comunitário Raízes da Praia  
Endereço: Avenida Cesar Cals, 681 | Referência: Areninha Praia do Futuro  
Horário: 8h30

Figura 20 - Cartazes das Assembleias Populas da Cidade



Figura 21 - Assembleia Popular do Conjunto Palmeiras.

### 4.2.3. ASSESSORIA TÉCNICA NA REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS

“As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são um tipo de zoneamento previsto pelo Estatuto das Cidades, criado em 2001, a ser incorporado aos Planos Diretores Municipais das cidades brasileiras. Pensadas como instrumento de garantia da regularização fundiária e urbanística em áreas de assentamentos precários e de ocupações de baixa renda, as ZEIS possibilitam o acesso de populações de baixa renda à posse formal de suas casas, a melhoria das condições de moradia, bem como a participação popular através do processo, garantindo o controle social dessas ações. Conforme Rohnik (2001), as ZEIS podem ser reconhecidas como o instrumento síntese das diretrizes e princípios norteadores do Estatuto da Cidade. Por esses motivos, a ZEIS é, em muitas cidades, o instrumento mais apropriado pelos movimentos populares nas suas lutas pelo direito à cidade e à moradia digna.” (MARQUES,PONTE,SANTOS, 2018)

Em Fortaleza, a apropriação das ZEIS pelos movimentos sociais é fortalecida desde a fase de discussões em torno da elaboração do Plano Diretor, com o trabalho da Escola Popular de Planejamento Urbano CEARAH Periferia e a articulação do NuHAB (Núcleo de Habitação e Meio Ambiente), que contribuíram para popularizar o instrumento com os movimentos da cidade, fazendo com que seja uma forte pauta nas discussões até hoje, tendo, atualmente, como articulação popular em torno do tema a Frente de Luta por Moradia Digna.

Hoje temos no Plano Diretor Participativo (PDPFor) de 2009 mapeados três tipos de ZEIS: do tipo 1 (45 poligonais), que delimita áreas de ocupação informal, as ZEIS do tipo 2 (56 poligonais), que delimita conjuntos habitacionais sem regularização fundiária e, por fim, as ZEIS do tipo 3 (34 poligonais), que demarcam vazios urbanos em áreas que têm infraestrutura e que devem ser destinados prioritariamente para construção de habitação de interesse social.

A partir do estabelecimento das ZEIS pelo Plano Diretor de Fortaleza de 2009, as ações para regulamentar o instrumento foi sempre sendo deixado

de lado pelas gestões municipais, mas pela forte e insistente pressão dos movimentos, depois de várias etapas, finalmente, em 2018, consegue-se dar início ao processo de regulamentação de 10 ZEIS escolhidas como prioritárias na cidade.

Antes deste processo a única iniciativa para regulamentar o instrumento se deu durante a última gestão da prefeita Luizianne Lins (2009-2012), quando o conselho gestor do Lagamar chegou a tomar posse, cumprindo mandato de 2 anos entre 2010 e 2012. Apesar de não surtir em ações concretas para a regularização fundiária da comunidade, o conselho teve um importante papel na redução de remoções das obras previstas para Copa do Mundo que impactam a comunidade, como a rotatória e o viaduto da Raul Barbosa e o Veículo Leve sobre Trilhos. Entretanto, devido a falta de prioridade das gestões municipais desde então, o instrumento inserido em 2009 no PDPFor se manteve inoperante para a maioria dos territórios de ZEIS.

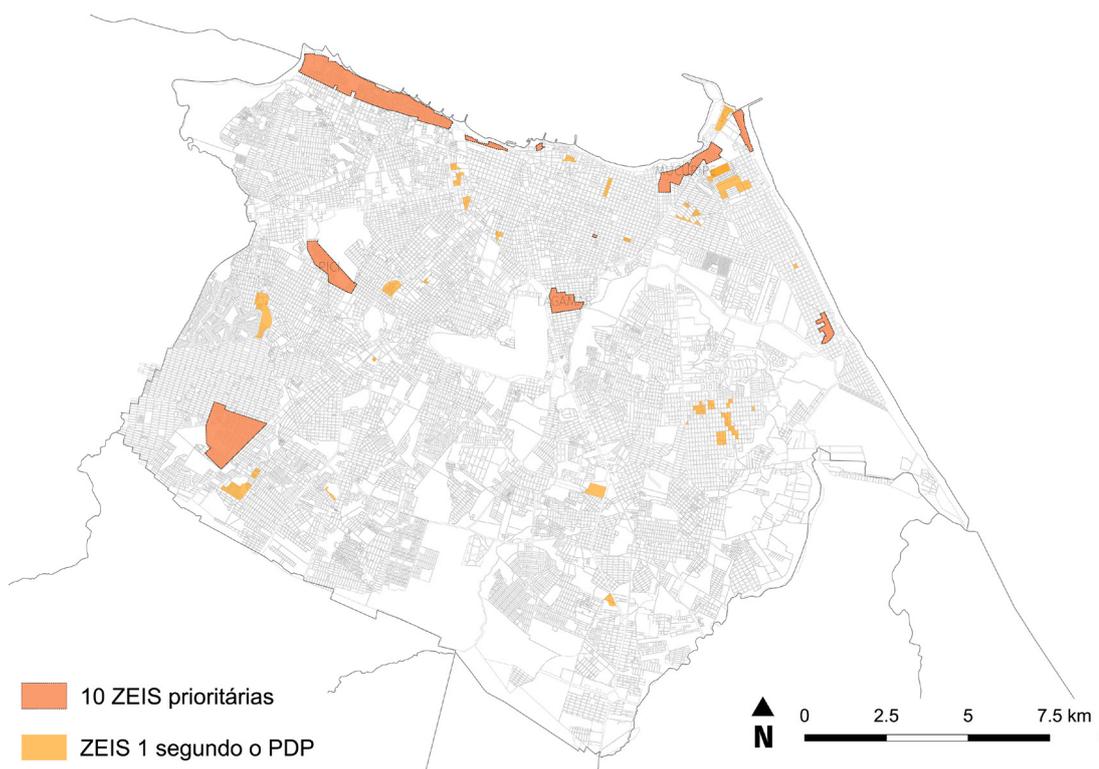
Apenas no final de 2013, ocorreu uma reativação no sentido da implementação das ZEIS com a criação do Comitê Técnico Intersetorial das Zonas Especiais de Interesse Social, a partir do Decreto 13.241, de 21 de outubro de 2013. Ele teve como objetivo apresentar um diagnóstico das áreas demarcadas como ZEIS dos tipos 1, 2 e 3 no território fortalezense para subsidiar o poder Executivo Municipal quanto às ações prioritárias no processo de regulamentação e implementação dessas zonas especiais.” (MARQUES;PONTE;SANTOS, 2018)

Como resultado do Comitê Técnico têm-se a publicação de um relatório em 2015 com um diagnóstico dos 3 tipos ZEIS, no qual estão presentes dados como a situação de terrenos ainda vazios nos casos do tipo 3 e diretrizes que deveriam ser seguidas para dar continuidade a implementação do instrumento que foram entregues ao então Prefeito, Roberto Cláudio.

Após a entrega dos documento segue outro período de alguns meses sem resposta da Prefeitura, os moradores de diversas ZEIS, articulados através da Frente de Luta por Moradia Digna (Frente), realizam manifestações e conseguem com que o prefeito em 2016, estabeleça por meio de um Decreto Municipal a Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social (Comissão das ZEIS), comissão composta pelo Poder Público, representantes da sociedade civil e moradores de 10 ZEIS, escolhidas como prioritárias para a elaboração coletiva dos documentos necessários para a regulamentação do instrumento, sendo elas: Bom Jardim, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Pici, Pirambu, Poço da Draga, Praia do Futuro e Serviluz, tendo a ZEIS Dionísio Torres sido incluída como décima ZEIS prioritária posteriormente devido a articulação de seus moradores diante de um processo de remoção e aprovação de sua inclusão dentro da comissão.

No retorno às atividades relacionadas à regulamentação das ZEIS, as ações das assessorias tiveram fundamental importância no auxílio das novas lideranças e ações no espaço dentro e fora da Comissão proposta pela Prefeitura Municipal, como de estudo e tradução dos assuntos colocados à mesa para discussão entre técnicos e comunidades.

Nesse contexto, a Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade tem, na Comissão de Proposição e



Mapa 4 - Mapa com as 10 ZEIS prioritárias.

Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social, suas ações embrionárias no campo da assessoria relacionada ao estudo de proposições sobre o que era apresentado como propostas para o processo de regulamentação das ZEIS e na observação da necessidade de facilitar a linguagem técnica utilizada e debatida para alguns moradores das comunidades. (MARQUES;PONTE;SANTOS, 2018)

A Taramela ainda não existia formalmente na criação da Comissão das ZEIS, porém seus membros fundadores acompanharam seu processo pela participação em outras entidades que compunham oficialmente o grupo, como o Laboratório de Estudos em Habitação da UFC (LEHAB) e a Fundação Marcos de Bruin, representando os moradores do Lagamar.

Durante a comissão, a Prefeitura elaborou junto à sociedade civil, apesar de constantes conflitos, uma série de documentos para viabilizar a regulamentação das ZEIS, tanto termos de referência para composição dos conselhos gestores e contratação de empresas para a elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária, como propostas de lei complementares para o processo, como minutas para regulamentar a construção de Habitação de Interesse Social em ZEIS de vazio, instituir instrumentos de garantia da função social da propriedade, como o parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC), IPTU progressivo no tempo e desapropriação por títulos da dívida pública e alterações necessárias no PDPFor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

No início de 2018 foi elaborado um relatório com todo o conteúdo produzido pela comissão e entregue em ato público ao prefeito de Fortaleza no dia 23 de fevereiro, que garantiu que iria dar prosseguimento a regulamentação. Diante disto se inicia um processo de mobilização popular em torno da

eleição dos CGs, onde as assessorias que compõem a Frente estariam se articulando com os representantes de diferentes ZEIS atuando mais diretamente nas comunidades. Porém o primeiro decreto, da eleição dos Conselhos Gestores, só foi assinado e publicado em maio do mesmo ano e com grandes modificações na composição dos conselhos, destacando-se a retirada de uma(1) vaga para universidade e uma(1) vaga para movimento popular e a inclusão de uma(1) vaga para a câmara de vereadores.

Apesar da enorme mudança realizada pelo prefeito em cima de um documento que havia sido construído participativamente, inclusive por representantes da própria gestão, que poderia comprometer a efetividade do conselho como órgão deliberativo de controle social, os representantes das ZEIS reunidos na Frente decidiram prosseguir com o processo de mobilização, pois mesmo diferente da composição original, ter os conselhos gestores (CG) eleitos seria um importante avanço para a garantia de direitos desses territórios.

Neste tempo, a Taramela se compromete a assessorar diretamente 3 ZEIS: Lagamar, Pici e Mucuripe, o trabalho da assessoria envolveu ações de mobilização e capacitação, com reuniões de quarteirão, promovidas pelas comunidades e produção de material com conteúdos de informação sobre o processo de regulamentação.

Apesar da diversidade em relação a mobilização interna de cada comunidade, o trabalho conjunto às três ZEIS (Lagamar, Mucuripe e Pici) partiu de uma ação ativa das lideranças locais de cada território, que demandaram capacitações para os moradores entenderem o que é ZEIS, trazer aspectos legais de como o processo de regulamentação deve ocorrer e com as informações instigar os moradores a terem um posicionamento crítico.

Importante destacar aspectos das diferenças no nível de mobilização nas três comunidades nas quais a Taramela atuou. O Lagamar parece ter melhor construído um processo de formação, com reuniões de quarteirão semanais, provavelmente por já ter tido um conselho gestor constituído e a Fundação Marcos de Bruin como uma forte entidade que atua no território.

O Pici, na qual o autor deste trabalho atua mais diretamente, tem-se um contexto de engajamento de algumas importantes lideranças de outros campos como cultura e esporte, não só da moradia, mas que encontro uma dificuldade de adesão dos moradores em geral, pois a comunidade já passou por outros grandes processos de regularização fundiária que não foram efetivados.

O Mucuripe foi a comunidade que teve mais dificuldade de mobilização, talvez pela ausência de fortes associações no território, como nas outras duas, aqui os moradores envolvidos na discussão das ZEIS tinham bastante desconfiança perante as antigas organizações, mas o processo resultou na formação de um incipiente movimento, o Grita Mucuripe.

Durante todo os meses de mobilização a Prefeitura não realizou nenhuma atividade formativa ou de divulgação em qualquer das 10 ZEIS prioritárias, cabendo as assessorias prestar esse serviços às comunidade de forma voluntária. Ao poder público coube apenas a responsabilidade de organizar e conduzir, em um primeiro momento, as assembleias para a composição das comissões eleitorais em cada ZEIS e posteriormente realizar as eleições em



Figura 22 - Reunião de quarteirão no Pici.



Figura 23 - Caminhada de campanha para a eleição do conselho.



Figura 24 - Reunião de quarteirão no Pici.



Figura 25 - Dia da eleição do conselho gestor do Pici.

cada território. Os únicos esforços de divulgação realizados pela Prefeitura foram a confecção de material gráfico sobre as assembleias e as eleições, que foram colados e distribuídos pelos próprios moradores, e a promessa de um carro de som que passaria um dia antes de cada evento, mas os relatos apontam que na grande maioria das comunidades, o carro nunca chegou.

O Conselho Gestor, composto de forma paritária entre poder público e moradores locais, destina também uma vaga a organizações da sociedade civil (OSC) atuante nos territórios. As comunidades, entendendo a necessidade de uma assessoria que fosse capaz de traduzir as informações técnicas trazidas pela Prefeitura no processo, articulou-se com a Taramela para que ela pudesse participar das eleições, fazendo parte da comissão eleitoral no caso do Lagamar e concorrendo a vaga e sendo eleita como OSC titular nas ZEIS do Pici e do Mucuripe, se responsabilizando a cumprir um mandato de dois anos.

Após as eleições que ocorreram entre agosto e setembro de 2018, os membros da sociedade civil eleitos, tiveram ainda que participar de uma formação sobre os conteúdos dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRF), realizado em outubro deste ano, sendo um pré-requisito para tomar posse em cerimônia realizada no dia 13 de novembro.

No momento em que esta monografia é escrita, os CGs aguardam o início da elaboração dos PIRFs. Destaca-se aqui outra alteração autoritária por parte da Prefeitura em relação ao que foi construído coletivamente durante a Comissão das ZEIS, o termo de referência previa a contratação de empresas para elaboração dos PIRFs, porém, aos invés de abrir licitação pública, a gestão municipal decidiu contratar universidades para este trabalho, alegando

seu “notório saber”. Assim, a UFC ficou responsável pelas ZEIS do Poço da Draga, Pici e Bom Jardim, a Unifor pelo Mucuripe, Serviluz e Praia do Futuro, a UECE pelo Lagamar, Moura Brasil e Pirambu e o IFCE pela ZEIS Dionísio Torres (Vila Vicentina). Quanto às minutas de lei também construídas na Comissão, que ditam sobre a PEUC, IPTU progressivo e construção de HIS em ZEIS de vazio, continuam engavetadas e perdidas dentro dos órgãos públicos.

Frente a falta de apoio e dos constantes entraves por parte da Prefeitura, a articulação entre movimento popular e assessorias técnica tem revelado o protagonismo das comunidades no processo de regulamentação das ZEIS em Fortaleza. O subordinação dos processos participativos, tão exaustivos, às decisões tomadas dentro da gestão municipal acaba por desmotivar e desmobilizar muitas comunidades, fazendo com que uma parcela delas perca a confiança na efetividade das ZEIS.

Além disso, o diálogo em si entre comunidades e Prefeitura é bastante difícil. A complexidade do processo, seus trâmites burocráticos e a linguagem extremamente técnica utilizada dentro das reuniões afastam e dificultam a participação comunitária, principalmente de quem não acompanha o processo há mais tempo. Etapas essenciais para o bom avanço do processo dentro das comunidades, como o trabalho de mobilização e difusão sobre as ZEIS, não é apoiado financeiramente e nem operacionalmente pela Prefeitura.(MARQUES;PONTE;SANTOS, 2018)

Entre o processo interno das ZEIS, dentro das comunidades, e o processo institucional, junto à Prefeitura, a assessoria técnica se faz essencial. Por um lado, tem auxiliado na facilitação de informações demasiado técnicas para uma linguagem mais acessível às comunidades, facilitando na compreensão, e na apropriação do tema pelas populações das ZEIS; por outro, tem contribuído para defender as pautas das comunidades dentro dos espaços institucionais de disputa, buscando exprimir os desejos e as lutas das comunidades através do conhecimento técnico. As assessorias atuam de forma eficiente, portanto, como intermediárias importante entre os dois lados; entre o conhecimento técnico e a mobilização popular na regulação do espaço urbano com a produção social. (MARQUES;PONTE;SANTOS, 2018)

#### 4.2.4. CONTRAPROJETO PARA O POLO DE LAZER DO CONJUNTO CEARÁ

Além de compor a Frente de Luta por Moradia Digna e a Assembleia Popular da Cidade, o primeiro projeto, no sentido de desenho, que a Taramela realiza enquanto grupo é um contraprojeto para a reforma do Polo de Lazer do Conjunto Ceará.

A demanda chegou à Taramela a partir do trabalho com a Ocupação Gregório Bezerra que estava no território do Conjunto Ceará e tinha alguns aliados no Polo. O Polo de Lazer é uma área central da região que apesar de ter sua infraestrutura negligenciada pelo poder público, tendo a última grande reforma sido realizada há mais de vinte anos, é mantida viva por grupos culturais e comerciantes autônomos que utilizam o espaço.

Em meados de 2017 o Governo do Estado anuncia uma reforma do Polo de Lazer, um projeto generalista que faz uso de equipamentos padrões da gestão,

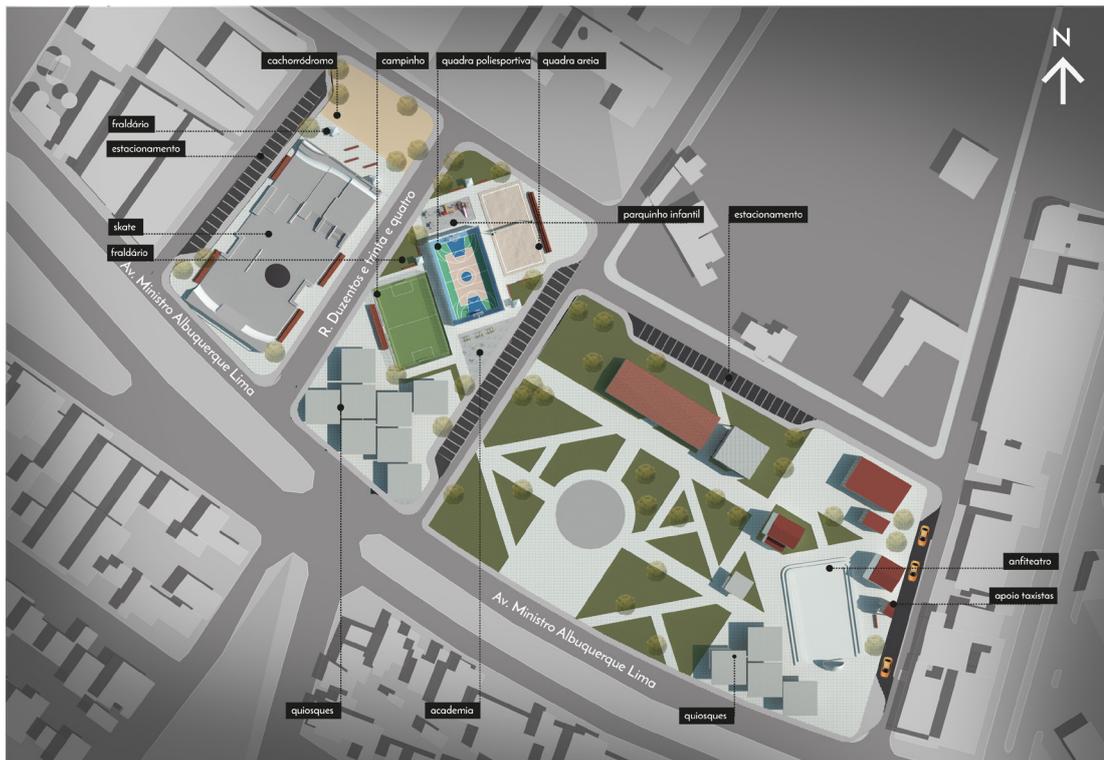


Figura 26 - Planta do contraprojeto elaborada pela Taramela.



Figura 27 - Reunião com os moradores e comerciantes do Polo.



Figura 28 - Perspectiva 3D do contraprojeto.

como um “cachorródromo” e academias de ginástica, e que foi concebido sem diálogo com seus usuários.

Os grupos que ocupam o Polo procuram a Taramela em busca de materializar através de um desenho seus anseios perante a proposta de reforma que o Estado queria para o local. Apesar de um curto espaço de tempo para a elaboração do projeto, cerca de um mês, foram realizadas discussões com diferentes usuários, artistas, skatistas, comerciantes, taxistas e representantes de moradores. Foram feitos pelo menos três encontros para tentar incluir a população o máximo possível na concepção do que seria um contraprojeto, já que o principal era captar as necessidades da população que não estavam contempladas no desenho dos arquitetos do governo.

As oficinas com os moradores do Conjunto Ceará não seguiu nenhum proposta de metodologia participativa muito diferenciada, pela celeridade que o processo exigia, se procedeu de uma forma não muito diferente da elaboração de um projeto comum, onde a população, ou os “clientes”, foram ouvidos, seus anseios e desejos, a Taramela elaborou um estudo preliminar

que foi discutido em duas reuniões junto aos moradores, assim como foi se modificando de acordo com o diálogo com o Governo do Estado.

Após a consolidação de uma proposta aprovada pelos grupos da sociedade organizada, conseguiu-se que o contraprojeto fosse levado para a discussão na Casa Civil. Os representantes do poder público receberam as maquetes eletrônicas com surpresa e durante três exaustivas reuniões as duas propostas eram defendidas pelos diferentes interesses. Os moradores tomaram a frente nas negociações, estando os técnicos da Taramela preparados para rebater argumentos sobre viabilidade construtiva e vantagens ou desvantagens econômicas e de sustentabilidade socioambiental dos projetos. As demandas dos moradores eram respondidas com ameaças de não realização das obras por causa das reivindicações e a reforma era posta pelo poder público como uma bondade que o Governador queria fazer para o bairro.

Ao fim do último encontro, em setembro de 2017, sem garantias concretas, foi dito que os pedidos da população seriam atendidos e se iniciaria o processo de licitação das obras. Em 12 de junho de 2018, ano eleitoral, é realizado um grande evento com a presença do governador para a inauguração da reforma do Polo de Lazer. As imagens do projeto foram mostradas de relance em um grande painel, foi informado que todas as demandas populares tinham sido contempladas, mas sem reconhecer o processo de discussão e sem apresentar o projeto em detalhes. A obra da reforma demorou a começar efetivamente e até novembro de 2018 nada foi entregue, ainda caminhando em ritmo lento.

#### 4.2.5. PROJETO PARA AÇÃO AMBIENTE EM MOVIMENTO

No final de 2017 e início de 2018 se desenvolveram as ações do projeto Ambiente em Movimento, uma ação conjunta de intervenção em espaços livres idealizado pelo grupo Jovens Agentes da Paz (JAP), grupo atuante no Grande Bom Jardim. O JAP funciona ligado ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, que contou com a Taramela para realizar uma etapa do projeto.

A proposta foi financiada através de edital público e consistiu, em uma série de ações de educação ambiental realizadas pelo JAP, como rodas de conversa e criação de hortas em escolas públicas. Como parte do projeto aprovado pelo edital, uma das propostas do grupo era a construção de mobiliário urbano com material reutilizado e o plantio de mudas em diferentes espaços públicos do Grande Bom Jardim.

A assessoria dos membros da Taramela, que na época eram organizados como coletivo, se deu na produção dessas intervenções, coube ao grupo contratado pensar o desenho, os materiais e a viabilidade de construção de mobiliário urbano. Seguindo os princípios do coletivo, os projetos deveriam ser desenhados coletivamente e submetidos a discussão com moradores da região para mudanças e adequações de cada local. Porém, conceber o projeto de forma participativa não era uma prioridade para o próprio JAP, pelo contrário, eles queriam soluções o mais rápido possível, pois o prazo para concluir as atividades do edital que haviam ganhado estava findando, a única exigência era quanto o tipo de material.

Diante do curto prazo, o processo de definição do desenho não ocorreu de

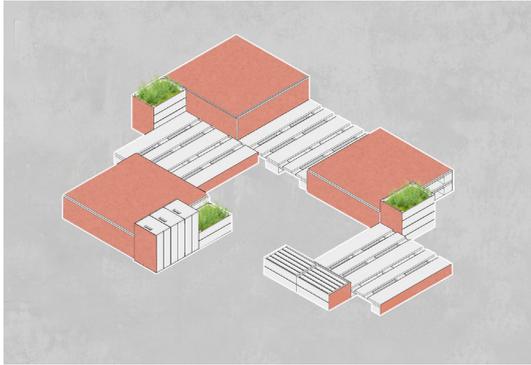


Figura 29 - Projeto inicial elaborado pela Taramela.



Figura 30 - Execução na comunidade à beira de riacho.



Figura 31 - Projeto executado na Praça Santa Cecília. Taramela + Jovens Agentes da Paz.

forma participativa, entretanto, a execução e montagem dos equipamentos propostos se deu de forma bastante colaborativa entre os integrantes da Taramela, do JAP e os moradores curiosos que se aproximavam e cooperavam como podiam, seja cortando madeira, doando mais material ou oferecendo lanche para quem trabalhava. Várias decisões foram tomadas coletivamente, como a locação das peças, forma de encaixe e até mesmo as cores, o que resultou em um mobiliário bem diferente da estética original do projeto, imprimindo as múltiplas identidades de quem participou da construção.

Ao final das intervenções conjuntas, o relato dos participantes do JAP em relação aos arquitetos foi muito positivo, permeado por comentários sobre a igualdade dos profissionais junto aos outros participantes no processo de construção dos espaços e da troca de conhecimento que aconteceu de forma horizontal. O pagamento dos membros da Taramela para assessorar esse projeto é o que permite a formalização da entidade como pessoas jurídicas sem fins lucrativos em março de 2018.

#### 4.2.6. PROPOSTA PARA CONCURSO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INCLUSÃO SOCIAL NO LAGAMAR

Ainda em março do mesmo ano, o Banco de Desenvolvimento da América Latina lança um concurso de propostas de desenvolvimento urbano e inclusão social para territórios precários. Tendo em vista a oportunidade e as demandas latentes em Fortaleza, a Taramela desenvolve então um projeto para a comunidade do Lagamar, com a qual está bastante ligada por ser uma das comunidades assessoradas no processo das ZEIS.

O Lagamar é uma comunidade central na cidade de Fortaleza. Devido esse aspecto locacional estratégico, a comunidade sofre constantemente ameaças de remoção, na defesa do desenvolvimento da cidade. Além desse aspecto constante na vida dos moradores, a vulnerabilidade socioambiental é uma questão central do cotidiano dos moradores, que vivem em um local precário de infraestrutura, espaços públicos livres e enchentes anuais.

Nesse contexto, a proposta inicial consistia na reforma e ampliação da sede da Fundação Marcos de Bruin (FMB), uma OSC de referência no trabalho social, que atua há mais de 25 anos na comunidade do Lagamar, desenvolvendo, atualmente, suas atividades a partir de três eixos pertinentes no contexto territorial: criança e adolescente, geração de renda e desenvolvimento local. Contudo, a partir das necessidades e visualização de aspectos socioespaciais maiores, o projeto inicial se expandiu, e passou a incluir outras demandas, como a também reforma e ampliação da sede do grupo Jovens em Busca de Deus (JBD) e o melhoramento dos espaços públicos à margem do canal que divide a comunidade.

Para a elaboração do projeto foram realizadas oficinas com diferentes faixas etárias de moradores do Lagamar: crianças da FMB, jovens do JBD e do Coletivo LGBT Flor no Asfalto, adolescentes do grupo de quadrilha junina do JBD, pessoas do grupo de crisma para adultos do JBD e idosos que são atendidos por um serviço de saúde comunitária na FMB. O objetivo das oficinas era realizar um diagnóstico urbano popular, registrar o histórico da comunidade, captar as potencialidades do local e pensar juntos em soluções de inclusão social para o território. As oficinas foram realizadas sem seguir a ordem etária e sim de acordo com calendário das atividades dos grupos do próprio local, a fim de facilitar o encontro das pessoas.

A dinâmica de cada oficina ocorreu de forma diferente em cada grupo, devido aos diferentes contextos, porém buscaram seguir uma mesma lógica, em torno de duas perguntas: “qual o Lagamar que temos” e “qual o Lagamar que queremos”. Com as crianças a proposta era expressar suas respostas foi através do desenho, algumas encontravam dificuldade de se expressar nessa linguagem, e o tema da violência já dominava o pensamentos das crianças, sendo difícil fazer com que elas pensassem sobre outras questões, sejam positivas ou negativas. Com os adolescentes da quadrilha, pelo grande número de pessoas foram divididos ainda 4 grupos, também segundo faixas etárias, e se desenvolveu uma conversa informal, em torno das perguntas guias, mas com questões como: o que fazem como lazer, quais lugares mais frequentam, etc. Com os jovens do JBD e do Coletivo Flor no Asfalto pensou-se em inserir uma divisão de grupos a partir da auto identificação de gênero, para investigar as diferentes percepções do território, porém,

durante a execução da oficina foi impossível realizar tal divisão, e o que aconteceu foi um conversa geral em com todos os presentes em torno de perguntas norteadoras.

Com os adultos, iniciou-se da mesma forma, em um grande grupo e com uma conversa geral, com perguntas relacionadas a geração de emprego e renda e outros temas mais pertinentes a faixa etária. Em um determinado momento a conversa pareceu “esfriar” e para reanimar pediu-se para que adultos tratassem da memória do bairro, falar de suas boas lembranças, isto despertou o grupo e logo saíram importantes questões para o projeto. Com os idosos não foi possível reuni-los em grupo, portanto o diálogo com eles se deu durante uma manhã de forma individualizada com uma metodologia semelhante a uma entrevista semiestruturada.

Para além da própria política da Taramela, o processo participativo era uma exigência do concurso. Infelizmente, devido a problemas técnicos no momento de submissão do trabalho, a proposta elaborada não foi enviada, ficando para o aprimoramento nos meses seguintes.

A repercussão da ação trouxe aos moradores do Lagamar um momento de reflexão sobre o espaço no qual eles vivem, no processo de indicar potencialidade e fragilidades, mostrando assim, as próprias pessoas como as maiores potências do espaço. Ao mesmo tempo foi pensado no Lagamar que se queria, o que exigiu uma visão de futuro, desejos e sonhos das crianças, jovens, adolescentes e idosos da comunidade. Causando, assim, uma reflexão sobre o espaço, sobre os direitos e deveres dos moradores.



Figura 32 - Oficina com as crianças da Fundação Marcos de Bruin.



Figura 33 - Oficina com grupo de crisma do Jovens em Busca de Deus.

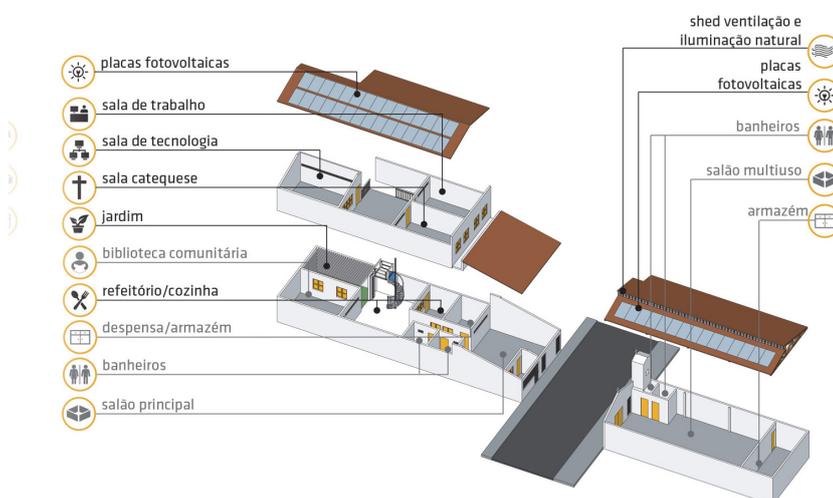


Figura 34 - Projeto de reforma e ampliação da sede do grupo Jovens em Busca de Deus.

#### 4.2.7. REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DO VIDANÇA

Em 2018 a Taramela foi chamada pra fazer o projeto de reforma e ampliação do Vidança, uma organização sem fins lucrativos localizada no bairro Vila Velha, periferia do extremo oeste de Fortaleza que atua com ações formativas em dança e música, além de cursos de costura, para a população do entorno.

Para o desenho do projeto realizamos oficinas de desenho participativo tanto com as crianças, captando suas percepções atuais do espaços, assim como seus sonhos e desejos para o futuro do Vidança, quanto com o professores e funcionários da escola para melhor entender quais seus desafios no espaço atual e como melhor atender às suas necessidades.

A oficina com as crianças seguiu uma metodologia semelhante à utilizada no projeto de desenvolvimento urbano para o Lagamar, que utiliza do desenho para se expressar. O mote, porém, foi diferente, a Taramela se apresentou, e se conversou sobre o que é o trabalho de um arquiteto ou arquiteta e o que o grupo estaria realizando junto a Vidança, uma transformação no espaço. Para se fazer melhor entender e despertar a criatividade entre as crianças com a ajuda de um projetor foram apresentados exemplos de transformação em que o arquiteto pode atuar, desde a escala das cidades, passando por edificações até a escala de objetos, onde simples pneus velhos se transformam em um banco por exemplo. A partir de então foi pedido que as crianças desenhassem as transformações elas desejariam para o Vidança, o que surtiu numa grande pluralidade de respostas, desde desenhos em planta com relativa complexidade até desenhos de crianças que tinham bastante dificuldade de se expressar através do traço.

Com os adultos a oficina se deu de forma semelhante a realizada com a Ocupação Gregório Bezerra para a elaboração da tipologia habitacional. Foram divididos dois grupos e em cima de um papel quadriculado, para facilitar o entendimento da escala, com a planta de móveis impressos em 2D foi conversado sobre a organização de dois espaços, uma sala multiuso, de dança e música e a sala de costura. Ressalta-se a dificuldade de boa parte das pessoas em compreender o desenho em planta 2D. Quanto ao desenho da sala de dança multiuso a metodologia não se mostrou tão eficaz, pois se tratava de um espaço amplo, sem muita necessidade de mobiliários, o debate sobre o espaço logo não durou muito tempo, enquanto a sala de costura o diálogo em torno da disposição dos móveis foi bem proveitoso, captando elementos de layout e mesmo de alturas sobre a organização do espaço a partir da experiência de pessoas que fazem uso daquele espaço.



Figura 35 - Oficinas com as crianças do Vidanças



Figura 36 - Oficinas com os adultos e funcionários do Vidança.

#### 4.2.8. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMUNIDADE PRESIDENTE VARGAS

A demanda de regularização fundiária da comunidade Presidente Vargas chegou à Taramela por meio de indicação da Universidade Federal do Ceará no segundo semestre de 2018. O primeiro contato parte da Defensoria Pública do Estado (DPE) ao Laboratório de Habitação da UFC (LEHAB), o qual repassou a demanda para o Canto, Escritório Modelo de Arquitetura da UFC, e à Taramela.

A comunidade Presidente Vargas consiste em um bairro no qual os terrenos foram quase inteiramente loteados e vendidos aos seus moradores pelo antigo dono, já falecido. Porém, os residentes, que ali vivem há mais de 40 anos, não receberam os documentos legais de propriedade do terreno na época em que a compra dos lotes foi efetivada. Através do Projeto Defensoria em Movimento, promovido pela DPE, foi identificada a demanda de regularização dos terrenos de cerca de 250 famílias da comunidade.

Os moradores do Presidente Vargas possuem hoje a posse, mas não a propriedade de suas terras, e compõe um caso de posse justa, ou seja, dispõe de mais de dez anos de ocupação dos lotes. Dado este cenário, a Defensoria Pública busca realizar uma ação de usucapião com cada uma das famílias inseridas nesse quadro. Em um primeiro momento, a Defensoria, por meio do Projeto Defensoria em Movimento, distribuiu o 1º ofício, necessário para dar início ao processo de usucapião, a 95 famílias. Porém, mais de 150 famílias demonstraram interesse em participar de tal procedimento.

A Universidade foi procurada para atuar na segunda etapa do processo, a de elaboração das plantas-baixas juntamente com um memorial descritivo de cada moradia. Essa demanda foi repassada para o Canto que, aliado a Taramela, dividiu-se em dois grupos de estudo: um para pesquisar e elaborar um modelo de levantamento e memorial descritivo adequado ao processo de usucapião, e outro de estudo de cartografia social e mapeio coletivo como meio tanto de empoderamento da comunidade quanto de sensibilização dos juízes que julgam esse tipo de demanda.

O primeiro grupo de estudo elaborou um questionário modelo que deve ser preenchido com relatos e provas que compunham o memorial descritivo de cada moradia, anexando desde notas fiscais até fotografias que enriqueçam o documento. Primeiramente, será feito um levantamento teste para definir o melhor método de abordagem no bairro. Após essa definição, serão feitos os levantamentos físicos e os memoriais descritivos de cada uma das 95 famílias. Os resultados finais serão apresentados tanto aos próprios moradores quanto à Defensoria Pública, que trouxe esta demanda.

O segundo grupo estudou sobre cartografia social e mapeamento coletivo para compreender melhor a aproximação da prática ao processo de usucapião, ficou definido que o objetivo da cartografia social seria gerar um mapa afetivo do bairro a ser anexado ao processo jurídico. Foi planejada uma oficina de cartografia social para todos do Canto e da Taramela, após essa oficina, foi elaborado um mapa base a ser apresentado no Presidente Vargas, onde o grupo repassará noções básicas de cartografia e orientação aos moradores do bairro. Pretende-se estabelecer uma relação de troca com os moradores, que, através de conversas estimuladas pelos alunos do Canto, deverão

declarar as potencialidades e as problemáticas que enxergam no bairro, de onde será extraída uma legenda base que será utilizada para a elaboração de um mapa colaborativo, o qual resultará na cartografia social a ser apresentada no processo de usucapião.

Espera-se, por meio desta iniciativa, garantir o direito de propriedade a essas 95 famílias enganadas pela venda irregular de seus lotes. E depois, ampliar esse processo às outras famílias do bairro, garantindo assim, a permanência da história que ali foi construída. Uma nova etapa do projeto seria a orientação, através de oficinas ministradas pelos alunos do Canto com o auxílio da Taramela, para repasse das normas legislativas de construir e reformar as moradias, evitando assim a fragilização da comunidade frente ao poder legislativo.



Figura 37 - Oficina entre os grupos que compõe o projeto: Defensoria Pública, Canto e Taramela.

#### 4.2.9. ACESSORIA PROJETO DE EXTENSÃO DA ARQUITETURA ESTÁCIO

Durante o ano de 2018 a Taramela prestou assessoria para um projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Estácio, que consiste no desenvolvimento de um projeto participativo de mobiliário urbano para a Praça Coração de Jesus, no centro de Fortaleza. Além de atividades de formação com os alunos, foi realizada uma oficina em parceria com o movimento Viva o Centro.

A oficina se baseava em dois momentos, na primeira etapa pediu-se que os membros do Viva o Centro e as pessoas presentes caminhassem pela praça em grupo e apresentassem os espaços e como eles os utilizavam, enquanto os membros da Taramela faziam anotações. Esse processo demonstrou ser bastante interessante, uma espécie de deriva narrada do espaço, mas por vezes havia o domínio da fala por parte de pessoas mais experientes ou extrovertidas enquanto pessoas mais tímidas ficavam mais caladas, mas, por ter várias pessoas da Taramela foi possível conversar de forma mais individualizada com as pessoas tímidas durante o passeio.

Em um segundo momento, em um local fixo, os presentes foram divididos em grupo e convidados a se expressar através de um planta da praça. Procurou-se identificar fluxos, permanências, locais degradados e com potencialidades. Em alguns grupos a metodologia se desenvolveu de maneira fluida, já em outros, pelo movimento ser composto também por técnicos, engenheiros, arquitetos, a conversa caminhou para a tecnocracia, deixando o lado lúdico e de apreensão do subjetivo.

O projeto de extensão se encerrou no dia 8 de dezembro, com um evento

onde foram apresentados os móveis construídos pelos alunos do projeto de extensão da Estácio e realizado um dia de montagem, música e entretenimento na praça, os móveis são ambulantes e ficaram sobre a guarda do movimento Vivo o Centro que preferiu só usá-los em momentos de eventos ao invés de deixá-los na praça, devido a segurança.

### 3.2.10. ACESSORIA À OCUPAÇÃO RAÍZES DA PRAIA

A Raízes da Praia é uma ocupação organizada pelo Movimento dos Conselhos Populares (MCP) que já tem mais de 9 anos. A Ocupação já tem um longo histórico de luta e está em lotes privados da Praia do Futuro. Há alguns, além das assessorias jurídicas, o ArqPET assessora tecnicamente a comunidade, mas a Prefeitura nunca efetivou nenhuma ação para garantir o direito à moradia da ocupação. Recentemente a Raízes da Praia passou a se organizar no sentido de disputar a construção de casas pela modalidade Entidades do Programa Minha Casa Minha Vida e a Taramela se somou ao ArqPET na assessoria. Com a mudança no cenário político não se sabe quais estratégias recorrer, mas a Taramela continuará acompanhando a Ocupação.



Figura 38 - Assembleia Popular da Cidade no Raízes da Praia e aniversário de 10 anos da comunidade.

## 4.3. PROBLEMATIZAÇÃO

Fortaleza, como a grande maioria das capitais brasileiras, ainda não tem uma política pública de assistência técnica efetivada, reflexo de uma gestão urbana neoliberal da cidade que prioriza ações de planejamento baseadas em parcerias público-privadas. Frente a este cenário percebe-se um boa articulação entre diferentes agentes de resistência pelo direito à cidade, onde a Taramela tem encontrado parceiros para sua atuação na construção de uma cidade socialmente mais justa. Um dos problemas encontrados para melhor efetivar suas propostas, é que o grupo carece ainda de membros com outras formações relacionadas à temática da cidade, mas por enquanto essa carência tem sido suprida pelo apoio de assessorias parceiras que também compõe espaços de articulação na cidade, dentro da Frente e da Assembleia Popular.

As referências de atuação em assessoria técnica junto a movimentos sociais e comunidades organizadas coletivamente tiveram bastante influência na constituição da Taramela, sendo, inclusive, seu estatuto social baseado nos princípios dos grupos de São Paulo, como a Usina e Peabiru. Apesar disso o grupo não deixa de reconhecer a importância de trabalhar com a população que não quer se organizar, tendo como meta em seu planejamento estratégico a criação de um escritório popular, que deve atender a demandas mais individualizadas de reforma e construção, buscando incluir os princípios de participação nas tomadas de decisão projetual.

Identifica-se nas ações da Taramela práticas que tomam o conceito de habitação de forma mais ampla, abrangendo desde o direito de participação social no planejamento urbano, passando a importância dos espaços dos espaços públicos como componentes de uma moradia digna, assim como o direito à posse estável da terra. Além da variedade de assuntos que envolvem as atividades do grupo, essas ações levantam ainda uma outra variável para atuação quanto assessoria técnica, os diferentes tempos que exigem os diferentes casos. Por um lado há ações que demandam um comprometimento prolongado, a exemplo da assessoria às ZEIS, que é um processo de mais de um ano e que após a eleição dos conselhos gestores ainda firma um compromisso da Taramela com esse territórios por pelo menos dois anos. Em oposição têm-se atividades que requerem um trabalho de forma mais rápida a exemplo do contraprojeto do Polo de Lazer do Conjunto Ceará ou de ações como remoções que requerem a disponibilidade de rápida intervenção dos profissionais na formulação de propostas, por vezes são respostas que impedem até a formulação de processos mais participativos.

Há ainda uma grande dificuldade na consolidação dessa atuação como uma alternativa profissional, principalmente porque a maioria dos trabalhos desenvolvidos pela Taramela foram realizados de forma voluntária, tendo seus membros que se dedicar em empregos de meio período ou em projetos avulsos de cunho mais comercial. Contudo, o grupo não se propõe a assumir tarefas que deveriam ser realizadas pelo Estado, mas se insere em uma variedade de espaços de controle social e de debate público, levando a necessidade de efetivação da lei de assistência técnica através de políticas públicas que possam garantir esse direito social, sendo a consolidação da Taramela como pessoa jurídica um importante passo na medida em que tenciona esse campo e ao mesmo tempo se põe como grupo formalizado e em construção de experiências para atuação em busca da democratização da arquitetura e do urbanismo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 5.1. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA UFC

#### 5.1.1. DIÁLOGOS JÁ CONSTRUÍDOS

A implementação de uma Residência Profissional em Assistência Técnica na Universidade Federal do Ceará - na UFC, no escopo deste trabalho, foi a ação mais limitada em termos de avanços já que depende de uma trama de agentes extremamente complexa, de atores e ações, seja da universidade seja do poder público, sobre os quais o Residente tem baixa capacidade de influência.

Ao longo do ano, com base nos trabalhos desenvolvidos pela Nucleação UFC da Residência AU+E/UFBA, devido a assessoria à comunidade Gregório Bezerra, em Fortaleza, e às ações da Assessoria Técnica Taramela houve a possibilidade de construir alguns diálogos em torno da implementação de assistência técnica no Ceará. No início do ano, juntamente com o professor Renato Pequeno, da UFC, e Jéssica Chaves, coordenadora da comissão política urbana e ambiental do CAU/CE, foi realizada uma reunião com o coordenador de Habitação da Secretaria das Cidades do Governo do Estado, onde foi apresentado o trabalho de assessoria da Residência junto à Ocupação Gregório Bezerra. Durante esse encontro a possibilidade de atuação de uma Residência permanente na UFC foi posta como positiva e foi levantada como um possível suporte a um grande problema existente no Ceará que é a falta de corpo técnico nos quadros de prefeituras do interior estado. Posteriormente, houve ainda uma reunião diretamente com o então secretário de Habitação, o Residente da Nucleação UFBA/UFC, seu professor orientador local e outros dois professores da arquitetura da Universidade Federal do Ceará, Bruno Braga e o então chefe de departamento Romeu Duarte. A conversa foi novamente avaliada como positiva, tendo se concluído pelo encaminhamento de soluções mais propositivas para uma próxima reunião. Nesse período, com o início do período pré-campanha eleitoral, os diálogos com a gestão pública na atuação de habitação fica mais complicado devido às vésperas de campanha para reeleição. Por parte da universidade, pela já atribulada agenda dos professores envolvidos até então, poucos avanços também são realizados.

Quanto ao diálogo com a Prefeitura de Fortaleza, ele ainda é incipiente e pouco promissor no momento atual. A Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), que é o órgão do poder municipal onde geralmente se realizam as ações de parceria com a iniciativa privada, convocou uma reunião em outubro de 2018 com os cursos de arquitetura tanto da UFC como de faculdades privadas para tratar sobre a iniciativa de promover assistência técnica pela SEUMA. Porém, a proposta apresentada na reunião, ainda em desenvolvimento, consistia basicamente em repassar através da secretaria demandas de assistência técnica para os escritórios modelo ou grupos de extensão das faculdades para serem atendidos de forma voluntária, sendo postos como um "ganho de aprendizado" para os estudantes. Devido a falta de prioridade com a qual a prefeitura trata o tema, tendo em vista também o histórico de conflitos entre a SEUMA e as demandas por uma cidade mais democrática, este não parece ser um agente interessado no estabelecimento

de uma política pública para a assistência técnica, no contexto atual.

### 5.1.2. TRAMA PROPOSTA DE AGENTES

A partir dos diálogos tecidos ao longo do ano de 2018, se propõe aqui uma trama de agentes que seria ideal para a implementação de uma Residência para o Ceará, por meio da UFC. Os agentes podem ser distribuídos em três principais funções para o andamento da Residência: 1) O Governo Estadual como principal agente financiador, tendo o CAU apoiador e articulador, já que existe a verba de 2% que devem ser destinados para iniciativas de assistência técnica, mas que no Ceará representa um valor muito baixo. Para execução projetos elaborados deve-se buscar recursos junto ao governo federal, mas que no atual momento ainda é uma incógnita quanto aos programas de habitação. 2) Como agentes de formação, temos a Universidade Federal do Ceará, que pode ter a residência vinculada ao seu Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design, e outras universidades ou faculdades públicas ou privadas, que podem contribuir com quadro de professores para apoiar as disciplinas teóricas do curso. 3) Como agentes parceiros e para a captação de demandas temos as comunidades e os movimentos sociais como grupos da sociedade civil e a Associação de Prefeitos do Ceará (APRECE), como entidade centralizadora que pode captar demandas de assessoria técnica para iniciativas do poder público.



### 5.2. JUSTIFICATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO

Segundo dados estimativos da Fundação João Pinheiro para 2015, o Ceará tem um déficit habitacional total 302.623 domicílios, sendo 147.111(48,6%) relativos à Região Metropolitana de Fortaleza que concentra cerca de 1/3 da população do estado, 224.740 (74,2%) são domicílios urbanos em déficit, 73.568 (24,3%) em assim estão por situação de precariedade habitacional, em relação a essa última variável a situação é melhor na RMF, onde apenas 9,1% do déficit habitacional é composto por precariedade habitacional, sendo a maior parte, cerca de 57,6% é devido ao alto custo do aluguel. Em relação ao total de domicílios urbanos duráveis 35,3% tem algum tipo de carência de infraestrutura, sendo o sexto pior estado do país nessa situação.

Para o desenho de um plano de implementação de um curso de Residência no Ceará, além da parceria na nucleação na UFC da Residência AU+E/UFBA, tomou-se como base o Plano Estratégico de Implementação de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (PEI-ATHIS) elaborado pelo CAU de Santa Catarina, o qual faz um estudo sobre alguns pontos necessários para implantação dos serviços. Primeiramente são estudadas e classificadas quais tipos de ações se tem com assistência técnica; em seguida quais os agentes envolvidos e a forma de atendimento; quais as formas de financiamento; por últimos são realizados dois diagnósticos, quanto a presença de arquitetos no Estado e sobre o déficit habitacional de Santa Catarina.

Para as ações de assistência técnica a serem desenvolvidas pela residência, tomamos como referências aquelas estabelecidas pelo PEI-ATHIS:

Melhoria Habitacional Pontual: são serviços de intervenção pontual na moradia, que vão desde o concerto de um telhado, infiltração, esquadrias até a reforma completa de um cômodo das casas;

Melhoria da Moradia Total: são serviços que substituem a unidade habitacional na sua totalidade mas que não demanda terra (lote);

Unidade Habitacional Nova + terra: são ações que produzem a unidade habitacional associada à terra(lote);

Regularização Fundiária: são ações de ordem física, jurídica e social cujo objetivo é a garantia da posse através da titulação em nome das famílias;

Entorno / Espaços Públicos: são ações que visam a qualificação da infraestrutura, dos espaços públicos, das calçadas, das vias públicas, dos equipamentos, etc;

Apoio Técnico para a promoção da justiça e inclusão social nas cidades: ações técnicas (de qualquer escopo do campo da arquitetura e do urbanismo) que visam atender as demandas das famílias das ocupações e dos assentamentos informais.

Para o atendimento de demandas por essas ações, entende-se aqui que essas podem ser desenvolvidas por meio de uma Residência Profissional, similar ao que foi implantada na UFBA, com base na Lei Federal no. 11.888/2008, que prevê Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, em várias modalidades. A primeira fase seria a captação das demandas, para isso se propõe a realização de oficinas regionais, em diferentes cidades-polo do Estado, que conte com a participação da maior diversidade de agentes possíveis, representantes da sociedade civil, universidades e poder público, municipal e estadual. Através deste processo seriam construído um banco de demandas e minimamente organizado a quantidade de profissionais necessária para o atendimento de tais demandas. As demandas seriam selecionadas segundo alguns critérios a serem estabelecidos, destaque para que seja respeitado um equilíbrio des distribuição territorial dessas demandas em relação a necessidades de prioridade de atendimento sobre a questão habitacional.

Ao passo que acontece essa captação, paralelamente ou posteriormente, se daria a formação teórica dos residentes que iriam trabalhar com as diversas demandas, através um período de aulas que a proposta aqui é de

serem realizadas em Fortaleza através da Universidade Federal do Ceará, que emitirá o certificado de Residente. Ao fim do período de aulas os residentes seriam distribuídos em escritórios regionais para dar início aos trabalhos. O escritórios serão de responsabilidade dos municípios que aderirem a proposta e eles deverão contar com a proporção de 1 profissional contratado, que seria uma espécie de prospector fazendo uma analogia com a residência médica, para no máximo 5 profissionais residentes.

A próxima etapa do plano é o estabelecimento de como se daria o financiamento das ações. Pelo estudo de diferentes iniciativas, como o PMCMV, o Programa Crédito Solidário e os escritórios de assistência técnica da CODHAB-DF ou mesmo modelos de atendimento pela iniciativa privada, o PEI-ATHIS classifica em 4 pontos de financiamentos: projeto, material, mão de obra e execução.

Na proposta da Residência o projeto seria elaborado por uma equipe de residentes com a supervisão do prospector, tendo estes bolsas que deveriam ser pagas pelo Governo do Estado, sugere-se para os residentes um valor de 2.000,00 mensais, durante um período de 16 meses, 4 meses de disciplinas e 12 meses para execução dos trabalhos de campo e elaboração da monografia. Para os prospectores o valor seria referente ao piso salarial mensal para 40 horas de acordo com a tabela de serviços do CAU, durante um período de pelo menos 24 meses para acompanhar ou o processo de captação de demandas através das oficinas regionais ou os desdobramentos para a execução dos projetos elaborados pelos residentes. Para o financiamento do material de construção, mão de obra e execução, sugere-se que para os serviços de melhoria e produção habitacional sejam de responsabilidade dos municípios que solicitarem o atendimento das demandas. No caso de obras de infraestrutura e espaços públicos, o financiamento pode variar de acordo com o porte de cada obra, nas pequenas, sendo assumido pelas prefeituras e conforme maior o porte, o financiamento seja compartilhado entre governos municipal e estadual. Nos casos de ações de regularização fundiária e assessoria na promoção de justiça e inclusão social nas cidades, a necessidade de material e de construção física ou não dependerá de cada caso, sendo o órgão de financiamento variando da mesma forma em relação ao porte da demanda por construção.

### **5.3 PROBLEMATIZAÇÃO**

O Ceará apresenta uma grande concentração populacional em sua capital, que também concentra o poder econômico do Estado, mas apesar da riqueza revela-se uma cidade cheia de desigualdades. As cidades médias cearense, como Sobral, Juazeiro do Norte e Quixadá tem crescido bastante nas últimas décadas e os problemas decorrentes da falta de investimento em urbanização vem contribuindo para a formação de assentamentos precários nesses municípios. Para além de piores condições financeiras se comparadas a capital, parte da dificuldade dessas cidades em lidar com sua expansão urbana é a deficiência de técnicos especializados em seus órgãos gestores, o primeiro curso de Arquitetura e Urbanismo no interior do Ceará só foi fundado a 8 anos atrás, por isso, medidas que estimulem a interiorização da profissão são essenciais. A criação de um curso de Residência nessa Área de Arquitetura e Urbanismo, que tenha como foco esse deslocamento pode

contribuir tanto para, em um primeiro momento, suprir o quadro técnico das prefeituras quanto para abrir novos campos de atuação para profissionais que normalmente não sairiam da capital.

A partir da proposta elaborada para a implementação de uma Residência em Assistência Técnica é preciso destacar algumas questões. Primeiramente, devido ao diálogos já estabelecidos ao longo do trabalho de Residência da Nucleação UFBA/UFC, esse Plano foi feito pensando na criação do curso junto à uma política pública de Estado, na qual a não participação do Governo inviabiliza quase completamente a proposta aqui desenhada.

O outro agente essencial para essa proposta é a Universidade Federal do Ceará (UFC), porém é preciso ainda investigar e procurar estabelecer relações com outros campos do conhecimento que envolvem a assistência técnica para que se somem nessa proposta, pois diferentemente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia - (PPGAU/UFBA), o PPG em Arquitetura, Urbanismo e Design da UFC é ainda muito recente, tem apenas 4 anos de iniciado, e, portanto, um corpo de professores ainda muito reduzido que tem que se desdobrar para cumprir com as demandas já existentes. Neste sentido a parceria com os cursos privados também pode ser uma estratégia fundamental para viabilizar a realização da Residência em Assistência Técnica para o Ceará..

Por enquanto, a Residência da UFBA tem funcionado, além da capacitação profissional e social nessa área de atuação, como uma estratégia de engajar jovens profissionais em campos de atuação que geralmente não são supridos nem pelo mercado, nem pelo Estado. Até agora, pelos exemplos da UFBA, na sua 3ª. Edição, e da Universidade de São Paulo, que fez uma edição em convênio com a Prefeitura de São Paulo, este trabalho tem se dado de forma voluntária (UFBA) ou precariamente pago (USP). Apesar do contexto político desfavorável, espera-se o surgimento de novos cursos de residência no país e que possam oferecer uma melhor qualidade de trabalho para os profissionais Residentes.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ARANTES, P. F. **Arquitetura Nova**. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. 2. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2002. v. 2500. 254p.

AMORE, Caio Santo. **Assessoria e Assistência técnica: Arquitetura e Comunidade na política pública de habitação de interesse social**. II UrbFavelas: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas. Rio de Janeiro, 2016.

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. **Assessoria técnica com interfaces**. Publicado nos anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016.

BARROS, Mariana Cicuto. **Assessorias Técnicas no processo autogestionário. Possibilidades de atuação**. Revista Risco, São Carlos, São Paulo, v. 17, p. 81-92, julho de 2014.

BONDUKI, N. **Habitação e Autogestão**. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

BRASIL, Governo Federal. LEI No 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. [Assistência Técnica à Habitação]

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATARINA. **Plano Estratégico de Implementação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social**. Dezembro, 2017.

FERRO, S. **Nota Sobre “O Vício da Virtude”**. In: Revista Novos Estudos, CEBRAP, SP, Edição 76, novembro de 2006.

FORTALEZA, PREFEITURA MUNICIPAL DE, **Plano Diretor Participativo de Fortaleza (LEI 062)**, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte, 2018.

GORDILHO-SOUZA, Angela M. **Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia**; apresentada ao PPGAU-FAUFBA, mar. de 2011.

GORDILHO-SOUZA, Angela M. **Residência Profissional: experiência inovadora em ensino, pesquisa e extensão, na implantação da Residência AU+E/UFBA**. In: 7º. Projetar, Natal/RN, 2015a.

LESSA, L.G. **Ocupação Gregório Bezerra: uma experiência de assessoria técnica na luta pelo direito à moradia**. Trabalho Final de Graduação, UFC, 2017.

LOPES, J.M. e RIZEK, C.S. **O mutirão autogerido como procedimento**

**inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica.** In: Procedimentos de Gestão Habitacional para População de Baixa Renda. Coleção Habitare, Vol. 5, ANTAC, Porto Alegre, 2006.

MARICATO, E. **Autoconstrução, a arquitetura possível,** In: A produção capitalista da casa e da cidade. São Paulo, Editora Cortez, 1979.

MARQUES, Gabriela de Azevedo; PONTE, Thaís Oliveira; SANTOS, Marcela Monteiro dos. **Regulamentação das ZEIS em Fortaleza: Assessoria técnica e mobilização popular.** In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2018, Salvador. Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios. Salvador: FAUFBA, 2018. v. 7.

MORADO NASCIMENTO, D. **A autoconstrução na produção do espaço urbano.** In: Jupira Gomes de Mendonça; Heloísa Soares de Moura Costa. (Org.). Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. 1ed. Belo Horizonte: C/Arte, v. , p. 217-230, 2011.

NASCIMENTO, C. **Autogestão: Economia solidária e Utopia.** In: Outra Economia - Volumen II, 2008.

OLIVEIRA, F. **O Vício da virtude.** In: Revista Novos Estudos, CEBRAP, SP, Edição 74, março de 1976.

PEQUENO, L. R. B. **Como Anda Fortaleza.** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra capital, 2009.

UFBA. **Proposta para Curso de Especialização Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura.** Universidade Federal da Bahia. Aprovado pelo PROEXT-UFBA em nov.de 2011.

USINA CTAH. **Processo de projeto como construção de autonomia.** In: Ícaro Vilaça; Paula Constante. (org.). Usina: Entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, p. 155-167, 2015.

TARAMELA ASSESSORIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E CIDADE

taramela.atac@gmail.com

facebook.com/taramela.atac

instagram: @taramela.atac